

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA - PPGANT**

**MUSEU DO PIAUÍ “CASA DE ODILON NUNES” EM TERESINA – PIAUÍ: um
estudo antropológico sobre Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial**

MÔNICA MARIA SANTANA E SILVA

**TERESINA
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA - PPGANT**

MUSEU DO PIAUÍ “CASA DE ODILON NUNES” EM TERESINA – PIAUÍ: um estudo antropológico sobre Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial

MÔNICA MARIA SANTANA E SILVA

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof^a Dra. Francisca Verônica Cavalcante

**TERESINA
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA - PPGANT**

MUSEU DO PIAUÍ “CASA DE ODILON NUNES” EM TERESINA – PIAUÍ: um estudo antropológico sobre Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial

MÔNICA MARIA SANTANA E SILVA

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof^a Dra. Francisca Verônica Cavalcante

Defesa dia 03 de maio de 2016

Banca Examinadora

Presidente: Professora Doutora Francisca Verônica Cavalcante

Professora Doutora Viviane Pedrazzani
Universidade Estadual do Piauí – UESPI (Examinadora externa)

Professora Doutora Maria Conceição Soares Meneses Lage
Programa de Pós Graduação em Antropologia PPGANT-UFPI (Examinador Interno)

Professor Doutor Raimundo Nonato Ferreira
Programa de Pós Graduação em Antropologia PPGANT-UFPI (Examinador Suplente)

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para que esta pesquisa fosse realizada. Especialmente a minha amiga Gilmara Cantanhede que esteve comigo desde a decisão de fazer um mestrado até o final. A minha mãe pela torcida. Também ao meu companheiro de vida, Jorge Ribamar pelo apoio incondicional. A professora Dra. Carmem Lúcia Silva por me apresentar uma perspectiva nova de pesquisa e me auxiliar em momento de duvida.

Ainda a minha orientadora, professora Dra. Francisca Verônica Cavalcante, por ter aceitado o desafio de me orientar e todo o incentivo ao longo desta jornada.

[...] Ao mesmo tempo é verdade que o mundo é o que vemos e que, contudo, precisamos aprender a vê-lo.

Maurice Merleau-Ponty – O Visível e o Invisível

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO	05
Capítulo I – Conhecendo o campo etnográfico e outras categorias de análise	11
1.1 – O Patrimônio.....	11
1.2 - Patrimônio no Brasil.....	13
1.3 - Os Museus no Mundo e no Brasil.....	17
1.4 - O Museu do Piauí Casa de Odilon Nunes.....	21
1.5 Antropólogos e Museus.....	29
1.6 - Educação Patrimonial e Arqueologia Pública.....	32
2 - Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes”: noção de patrimônio cultural e educação patrimonial	36
2.1 - Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes”: espaço de negociações simbólicas e “identificação”	39
2.2 - Patrimônio Cultural para visitantes e funcionários do museu.....	47
2.3 - Educação patrimonial no Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes”	50
2.3.1- Núcleo de Educação Patrimonial do Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes”.....	53
2.4 - As lembranças.....	55
3 – Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes” e paisagem - conflitos e dilemas	59
3.1 - Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes” e a paisagem do entorno.....	66
3.2 - Vendedores e Transeuntes.....	70
3.3 – As Arqueólogas e o Museu.....	75
3.4 - A Arqueologia Pública e sua interface de pesquisa junto aos museus.....	78
4 - Considerações Finais	83
5 - Referencias Bibliográficas	86

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo principal entender como se dá a compreensão das categorias Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial por visitantes e funcionários do Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes”, localizado na Praça Marechal Deodoro, S/N – Centro, em Teresina. A pesquisa respalda-se na tentativa de dar maior visibilidade à fruição do museu e a sua importância histórica e cultural. A análise teve como objetivos específicos o levantamento sobre as características e peculiaridades do acervo do museu; Entender como é trabalhada a educação patrimonial no Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes”; Fazer uma análise dos conflitos existentes entre o museu e a paisagem do entorno. Como referencial teórico metodológico foram considerados trabalhos etnográficos sobre o tema e utilizados elementos da Educação Patrimonial como os elaborados por Grunberg (2007). Também foi de grande contribuição a correlação que Funari & Golçalves (2008) e Silveira & Bezerra (2007) fazem entre Educação Patrimonial e Arqueologia Pública. As concepções de Mauss (2003) sobre as trocas simbólicas e fatos sociais totais também foram ponderadas. Durante a pesquisa houve um diálogo com Gonçalves (1996, 2005), Abreu (2004, 2007) e Fernandes (2010) para a discussão sobre Patrimônio Cultural. Autores como Abreu (1996) e Gonçalves (2005) direcionam as abordagens sobre Antropologia dos Objetos e Museus. Silveira (2009) foi de extrema importância na análise sobre a paisagem. O método etnográfico e a observação participante servirão como suporte para a realização da pesquisa. Foram realizadas, ainda, anotações no caderno de campo, entrevistas e documentação fotográfica. A pesquisa espera ter contribuído para o alargamento do discurso sobre Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial para a sociedade piauiense, notadamente no Museu do Piauí Casa de Odilon Nunes.

Palavras-Chaves: Museus, Educação Patrimonial, Patrimônio Cultural.

INTRODUÇÃO

Ao nos debruçarmos sobre a cultura material e imaterial ou intangível¹ presentes nos museus, estamos diante de contextos que atribuem a heranças, identidades culturais, assim como componentes do Patrimônio Cultural². Dentre os elementos da cultura material e imaterial presentes nestes espaços, estão desde materiais arqueológicos até obras de arte, demonstrando uma variedade de traços, conexões históricas e simbólicas que podem ser vistas, tocadas e sentidas.

Além da questão do museu, enquanto Patrimônio Cultural, outra categoria importante para se compreender suas características diz respeito à memória, a partir de um fato coletivo, pois, segundo Halbwachs:

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas [...] (Halbwachs, 1990, p. 26).

Segundo Silveira e Bezerra (2007, p. 91), os sujeitos transmitem esta memória coletiva “tanto pela tradição oral, quanto pela memória dita oficial, documentada, institucionalizada, nas pesquisas científicas e nas produções sociais”.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), no Piauí existem cadastrados 31 museus em 16 municípios³. Em Teresina (PI), destaca-se o Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes”⁴, foco desta pesquisa⁵.

¹ O conceito de patrimônio imaterial ou intangível adotado será o da UNESCO, que considera: “Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes”. Fonte: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/>. Acesso em 08 de setembro de 2013.

² A definição de Patrimônio Cultural adotada será a do Art. 216 da Constituição Brasileira de 1988 que conceitua patrimônio cultural como os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 de novembro de 2014.

³ A lista com os museus existentes no Piauí, estará no anexo desta pesquisa.

O Museu do Piauí foi criado em 1934, sendo instituído formalmente em março de 1941, através do Decreto Lei Nº 355. A princípio era uma seção do Arquivo Público do Estado do Piauí. Em 1980, passou a funcionar na antiga residência do Comendador Manoel Jacob Almendra, na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, no centro de Teresina. A partir de então recebeu o nome de Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes”, em homenagem ao reconhecido historiador piauiense.

Atualmente este museu possui um acervo de aproximadamente sete mil peças, cerca de cinco mil destas são moedas. Integram o acervo artefatos pré-históricos e mobiliário do período Imperial e republicano, indumentárias da guarda nacional, artesanato piauiense. Também podem ser encontradas obras de arte, principalmente quadros e esculturas, de artistas nacionais e locais como: Liz Medeiros, Nonato Oliveira, Gabriel Archanjo, Hostyano Machado, Amaral, Dalva Santana, Josefina Gonçalves, Dora Parente, Victor (Foto 01) Meirelles de Lima, Avelar Amorim (Foto 02) para citar alguns exemplos.

Logo, o Museu do Piauí Casa de Odilon Nunes pode ser considerado de grande importância para o contexto histórico e patrimonial do Estado do Piauí, visto a relevância da cultura material e imaterial presente em seu acervo, que vai do contexto pré-histórico ao período colonial e pós-colonial.

Dentre muitas inquietações que nutrimos sobre o Museu Casa Odilon Nunes é importante pontuar alguns questionamentos, tais como: por que, apesar de se constituir em espaço dotado de memória, cultura e identidade o Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes” passa muitas vezes despercebido, como se apenas existisse, mas não fosse visível para a sociedade piauiense?

⁴ - O Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes” não tem um site oficial. Entretanto, algumas informações sobre o local podem ser encontradas no site: <http://www.piauibrasil.com/noticias/museu-do-piaui-a-casa-da-memoria/>. Acesso em: 28 de novembro de 2014. O museu fica localizado na Praça Marechal Deodoro, S/N – Centro.

⁵ A cidade de Teresina possui outros museus, tais como:

- Museu de Arte Sacra Dom Paulo Libório (Endereço: Rua Olavo Bilac 1.481 | Centro)
- Casa de Cultura e Museu de Teresina (Endereço: Rua Rui Barbosa, 348 | Centro)
- Museu do Comércio do Piauí (Endereço: Rua Desembargador Freitas, 977 | Centro)
- Museu Dom Avelar Brandão Vilela (Rua Poeta Domingos Fonseca, s/n | Cristo Rei)



Foto 01 – Tela “Dom Pedro II” do artista Victor Meireles. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 02 – Tela “Nossa Senhora da Piedade” do artista plástico piauiense Avelar Amorim. Fonte: arquivo pessoal.

Como a Educação Patrimonial aliada à Arqueologia Pública⁶ pode dar suporte para que o Museu do Piauí se torne espaço de maior interação social e valorização patrimonial? Como a etnografia, pode acrescentar interpretações importantes para a valorização e divulgação de ações educativas que promovam o interesse da sociedade em preservar o museu?

Uma hipótese para a primeira questão parece ser a “invisibilidade” do museu perante a sociedade piauiense. Isso se deve, em parte, ao fato de, apesar de ter sido criado em 1934, o Museu do Piauí funcionava em pequeno espaço dentro do arquivo público da cidade. Apenas em 1980, quase cinquenta anos depois, é transferido para uma sede própria e com maior espaço para a exposição do acervo.

Para o segundo questionamento, a arqueologia passa por uma transformação, pois, segundo Silveira e Bezerra existe atualmente na Arqueologia:

Uma tendência em romper o viés teórico científico, e buscar inserir as comunidades que fazem parte de determinados contextos, fazendo delas agentes importantes na execução do processo de pesquisa e resultados (Silveira e Bezerra, 2007, p. 85)

A partir deste aspecto considera-se a Arqueologia Pública como uma aliada da Educação Patrimonial⁷ para inserir estas comunidades (visitantes, funcionários e pessoas que trabalham no entorno) nos museus. Pois, segundo Horta, Grunberg e Monteiro, Educação Patrimonial “trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1996, p. 06).

Sobre o terceiro questionamento, a pesquisa visa contribuir para o alargamento do discurso sobre patrimônio e educação patrimonial para a sociedade piauiense, notadamente no Museu do Piauí Casa de Odilon Nunes.

O objetivo principal é a compreensão das categorias Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial por visitantes e funcionários do Museu do

⁶- Segundo Silveira e Bezerra (2007, p. 85), a Arqueologia Pública é “a arqueologia com o público”. É quando a arqueologia busca se aproximar mais ainda da sociedade e valorizar a participação desta no desenvolvimento da pesquisa.

⁷ – Informação obtida em entrevista com a diretora do museu, Dora Medeiros, em 28 de maio de 2015.

Piauí “Casa Odilon Nunes”, além das pessoas que trabalham e transitam no entorno do prédio.

Portanto, foram realizados levantamentos sobre o Museu do Piauí observando as características e peculiaridades de seu espaço e acervo. A identificação das ações educativas desenvolvidas no museu para a sua promoção como patrimônio cultural e agente de educação patrimonial; Análise dos conflitos existentes entre o museu e a paisagem do entorno.

Acredita-se na importância de demonstrar a relevância do museu e sua utilização como espaço de socialização capaz de unir importância histórica, cultural e de educação patrimonial. Também a tentativa de valorizar e discutir a importância da cultura material, educação patrimonial e do patrimônio no contexto dos museus a partir de uma relação entre a etnografia, arqueologia pública e educação patrimonial.

Um dos suportes para a identificação e catalogação do acervo do museu, é o método etnográfico que encontra base teórica em Geertz. Para este autor, cabe ao etnógrafo o papel de interpretar os fenômenos sociais, de modo que se possa apreender os significados dados pelos próprios nativos. Isso se daria através de uma “descrição densa”. Ainda segundo o autor:

Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de, construir uma leitura) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não como os sinais convencionais do som, mas como exemplos transitórios do comportamento modelado. (Geertz, 2008, p. 07)

Cabe aqui um pequeno esclarecimento sobre o posicionamento desta pesquisa com relação à etnografia. Embora muitos considerem a etnografia apenas como um recurso metodológico da Antropologia, neste estudo iremos encará-la como um recurso teórico para a pesquisa. Pois, ao etnografar o pesquisador está constantemente questionando e reformulando conceitos ou concepções teóricas. Como afirma Peirano (2014), “a antropologia é resultado de uma permanente recombinação intelectual”. A autora reforça essa posição ao afirmar que:

Ao ler monografias, reforçamos a concepção de que a etnografia é parte do empreendimento *teórico* da antropologia. Não se trata de um

“detalhe metodológico” que antecede uma teoria; a indagação etnográfica em si *já tem caráter teórico*, porque somente (ou principalmente) ela nos permite questionar os pressupostos então vigentes pelas novas associações ou novas perguntas que nos proporciona, como já dizia Malinowski: novas pesquisas levam à “transformação de um ponto de vista teórico” (PEIRANO, 2014, p.385).

Outra base para os trabalhos de campo é a observação participante. Para Malinowski (1978, p. 33), a observação participante corresponde ao observador ativo. Assim poderia apreender o ponto de vista dos nativos, seu relacionamento com a vida, sua visão de mundo. Entender a lógica que move a comunidade. Ou seja, o trabalho etnográfico consiste em uma interpretação.

Como base metodológica anotações no caderno de campo, entrevistas com funcionários, visitantes. Além de entrevistas com comerciantes do entorno do museu, bem como os transeuntes. Também realizada documentação fotográfica.

No primeiro capítulo, é caracterizado o objeto de estudo da pesquisa, Museu do Piauí Casa de Odilon Nunes. A apresentação dos informantes que contribuíram com informações relevantes através de entrevistas no campo etnográfico. Neste capítulo é feita a contextualização dos conceitos a serem empregados como Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e sua relação com a Arqueologia Pública. Ainda, o surgimento dos museus no mundo e no Brasil.

No segundo capítulo consta a apresentação do levantamento realizado no museu através da observação participante, documentação fotográfica e entrevistas realizadas com funcionários e visitantes do museu. Buscamos conhecer as ações educativas desenvolvidas no Museu do Piauí e compreender a percepção de visitantes e funcionários sobre as categorias Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial.

No terceiro capítulo, uma análise sobre a paisagem em que está inserido o Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes”, abordado os conflitos entre o museu (funcionamento e conservação) e seu entorno.

Capítulo I – Conhecendo o campo etnográfico e outras categorias de análise

1.1 - O Patrimônio

A noção de patrimônio⁸ remete a antigas civilizações. Para Costa e Lima (2006, p. 243), o primeiro registro documental do termo encontra-se no Direito Romano, durante o período Republicano de Roma, na *Lei das XII Tábuas*, baseado no sentido de “*pater*” e só posteriormente foi chamado de *Patrimonium* ligado à questão de bem social.

Segundo Gonçalves (2005, p.109), o processo de formação do patrimônio vem do “colecionamento”, pois, “todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado ‘outro’”.

A palavra adquire vários significados e usos. Costumeiramente ela é utilizada para indicar o acúmulo de bens materiais, econômicos e culturais. Como se a noção de patrimônio se confundisse com a de propriedade.

Contudo, Gonçalves (2005, p. 110) alerta que nem sempre a constituição do patrimônio é feita com o intuito de acumulação. O *kula* trobiandês, exposto por Malinowski (1978) e o *potlatch* de Mauss (1974) são claros exemplos onde o patrimônio era acumulado com o intuito de distribuição ou destruição.

Em argonautas do Pacífico Ocidental, Malinowski (1978) descreve o *Kula*, um sistema comercial que envolvia populações costeiras das ilhas do sul do Pacífico. A população dessas ilhas era composta por hábeis navegadores, artesãos e comerciantes. Este sistema de trocas que consiste na circulação de braceletes e colares ofertados nas ilhas do Pacífico, obedece a regras bastante rígidas de circulação e se estende até a negociação de bens de outras ordens, mulheres e serviços.

Já o *potlatch* foi descrito por Marcel Mauss em 1924, na obra “O Ensaio sobre a Dádiva”. Mauss (2003, p. 185-314) demonstra a multiplicidade de aspectos - políticos, sociais, econômicos, religiosos, etc - que estão

⁸ - Patrimônio: herança paterna; Bens de família; Riqueza; Os bens materiais ou não, duma pessoa ou empresa. (Holanda, 2001, p. 520)

intimamente ligados aos sistemas de dádivas (trocas materiais vividas sob o signo da espontaneidade). Isso pode ser melhor entendido com a noção de Mauss sobre os “fatos sociais totais”, segundo ele:

“Os fatos que estudamos são todos, permitam-nos a expressão, fatos sociais totais, ou, se quiserem – mas gostamos menos da palavra – gerais: isto é, eles põem em ação, em certos casos, a totalidade da sociedade e de suas instituições (potlach, clãs que se enfrentam, tribos que se visitam etc.) e, noutros casos, somente um número muito grande de instituições, em particular quando essas trocas e contratos dizem respeito, sobretudo a indivíduos. Todos os fenômenos são ao mesmo tempo jurídicos, econômicos, religiosos, e mesmos estéticos, morfológicos etc. (Mauss, 2003, p. 309).

Além disso, a noção de patrimônio não se limitaria ao sentido utilitarista. No *potlach*, as trocas iriam além do material. Como explica Mauss:

[...]Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens moveis e imóveis, coisas uteis economicamente. São antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas.
[...]Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. (MAUSS, 2003:190;212)

Já para Regina Abreu (2007), a origem da noção de Patrimônio está atrelada à sociedade ocidental moderna, ligada a ideia de Estado-Nação. Essa sociedade seria regida por um tempo linear, associada à noção de história onde registros escritos, documento e monumentos desempenham papel central.

Ainda segundo Abreu (2007, p. 05) “uma série de movimentos que acirram o desmapeamento de indivíduos projetados para um certo futuro numa sociedade incapaz de processar no tecido social um capital de memória”. Sendo assim, o Patrimônio seria o lugar da memória dessa sociedade. Abreu (2007, p. 05) complementa afirmando que “o patrimônio nacional consegue a proeza de estancar um tempo veloz e referenciar os indivíduos sobre as lembranças heroicas das nações modernas e sobre as suas próprias lembranças”.

1.2 - Patrimônio no Brasil

No Brasil, a discussão sobre conservação e preservação do patrimônio data do início do século XX, impulsionadas pelo processo histórico e político que o país vivia. Para maior compreensão voltaremos um pouco no tempo. Em 1822, com a Independência Política do Brasil em relação a Portugal, havia uma intensão, por parte da aristocracia da época, de “civilizar” o Brasil. Segundo Abreu (1996, p. 106), “a elite na época se achava, baseada em preceitos iluministas e evolucionistas, a condutora do processo civilizatório destinado a redimir os povos que ainda estivessem nos estágios de selvageria e barbárie”.

Logo, havia a necessidade de forjar uma identidade nacional e a construção de uma memória nacional. Para isso, foram criadas instituições (Institutos históricos, museus, faculdades de medicina, faculdades de direito e escolas politécnicas) que pudessem reunir a “inteligência” nacional e tornar o Brasil um país “civilizado”.

Entre as primeiras instituições a serem criadas está o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A ele caberia estabelecer o perfil da Nação Brasileira. Segundo Fernandes:

O grande objetivo dessa instituição de memória era construir a História da nação, recriar um passado homogêneo, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos históricos, construir a galeria dos ‘heróis nacionais’, através do estudo, da pesquisa e elaboração de biografias, capazes de fornecer às gerações futuras exemplos de civismo, patriotismo e devoção à Pátria (Fernandes, 2010, p. 05).

Com as pesquisas desenvolvidas pelo IHGB crescia o sentimento nacionalista na sociedade brasileira e era notável a necessidade da criação de novos espaços de memória e de preservação e conservação do Patrimônio Brasileiro.

Os debates sobre o assunto se intensificaram na primeira metade do século XX, quando cidades como Salvador, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro passaram por significativas mudanças para atender ao anseio da sociedade aristocrática da época que pretendiam viver em cidades aos moldes das capitais europeias. Por isso, várias edificações coloniais foram destruídas para dar lugar a prédios mais modernos. As significativas modificações e a

destruição de antigos prédios suscitaram a Câmara dos Deputados, através de proposições legislativas, entre 1917 e 1925, a várias discussões sobre a criação de órgãos que protegessem o Patrimônio Histórico Nacional.

Os estados da Bahia e de Pernambuco foram pioneiros na criação de inspetorias estaduais de monumentos nacionais. Entretanto, segundo Fernandes, havia impedimentos legais para o funcionamento destes órgãos.

As restrições impostas pela Constituição de 1891 e pelo Código Civil então vigente, que asseguravam o princípio do direito de propriedade, aliadas à ausência de dispositivos de sanção aos que cometiam atentado à integridade do patrimônio faziam dessas Inspetorias órgãos de ação limitada na proteção de bens locais (Fernandes, 2010, p. 08 e 09).

Outras ações, no sentido da criação de uma instituição nacional para a preservação do patrimônio brasileiro, chegaram a ser discutida no parlamento nacional.

Com o início da Era Vargas no início da década de 1930, começou-se a valorizar mais monumentos cívicos e datas alusivas a grandes feitos “heroicos” que reforçassem as ideias nacionalistas. Assim, segundo Fernandes (2010, p. 09), em 12 de julho de 1933, o presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto nº 22.928, que elevava a cidade de Ouro Preto (MG) à categoria de Monumento Nacional⁹. A cidade era um símbolo de luta e afirmação de movimentos republicanos.

No ano seguinte, 1934, de acordo com Fernandes (2010, p. 09), um novo decreto garantia a criação de um serviço chamado “Inspetoria de Monumentos Nacionais”, que protegeria as obras de arte e os monumentos históricos do país.

Ainda em 1934, a nova Constituição traz, pela primeira vez, a proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como princípio constitucional.

Art. 138: cabe à União, aos Estados e Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio

⁹ - Você pode conferir mais informações sobre a cidade no Site oficial de Ouro Preto: <http://ouopreto.org.br/>. Acessado em 07 de junho de 2015.

artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (Constituição Federal de 1934, In: Fernandes, 2010, p. 10).

Com o crescimento da importância da preservação do patrimônio brasileiro, até mesmo para a solidificação de um novo momento político, em 1936, o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, confiou a Mário de Andrade¹⁰, na época Diretor do Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, a tarefa de elaborar um anteprojeto de lei que visasse à preservação do patrimônio nacional. Em 30 de novembro de 1937, o Presidente Getúlio Vargas assinava o Decreto-Lei nº 25 que criava o Serviço do Patrimônio histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Na década de 1970, o SPHAN, passaria a ser chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Para Fernandes (2010, p. 11), com a criação do SPHAN criava-se também “novo campo de representações simbólicas na construção da identidade do estado-nação representado pelo ‘Patrimônio Histórico e Artístico Nacional’”. A partir de então, O SPHAN realizou um inventário por todo o Brasil de bens que deviam ser tombados e preservados.

Rodrigo Melo Franco esteve à frente do SPHAN de 1937 a 1967. Melo Franco defendia que a tradição poderia ajudar a civilizar o brasileiro. Havia uma proteção dos monumentos como “signos visuais de uma condição civilizada”, como explica Gonçalves (1996, p.65). Dai a valorização por monumentos, edificações, obras de arte, o chamado “Patrimônio de Pedra e Cal”.

Autores como Gonçalves (1996) e Abreu (2005), atrelam a este período ao conceito de Richard Handler de “objetificação cultural”. A “coisificação” de culturas e tradições, como diz Abreu:

Uma certa tendência em pensar as culturas como coisas, em representá-las com base em determinados bens materiais como edificações, paisagens ou objetos museológicos cuidadosamente

¹⁰ - Mário Raul de Moraes Andrade nasceu no dia 9 de outubro de 1893. Era bacharel em Ciências e Letras. Foi professor de História da Arte e pertenceu à Sociedade de Cultura Artística. Participou da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, no ano de 1922. Foi crítico de arte, cinemas e cronista de alguns dos principais jornais da cidade de São Paulo. Era membro do Partido Democrático. *Há uma gota de sangue em cada poema (1917)*, *Paulicéia desvairada (1922)* e *Macunaíma (1928)* são algumas de suas principais obras. Fonte: http://www.releituras.com/marioandrade_bio.asp. Acesso em 14 de novembro de 2015.

escolhidos e retirados de seus contextos originais para serem ressignificados em outros. (Abreu, 2005, p. 39)

Outro importante gestor do SPHAN e de significativas contribuições para as questões de conservação e preservação do patrimônio brasileiro foi Aloisio Magalhães, que geriu o órgão de 1979 a 1982. Foi na sua gestão quem o SPHAN passou a ser chamado de IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Magalhães tinha uma visão mais pluralista de cultura e acreditava que preservar a heterogeneidade cultural era garantia de desenvolvimento. Isso contrastava com a política até então implementadas no IPHAN.

Aloisio Magalhães se aproximou mais do projeto inicial de Mário de Andrade para a criação do órgão que considerava não apenas os bens materiais, mas também os bens culturais e característicos de alguns grupos como danças, manifestações religiosas, músicas, comidas, entre outros, como explica Gonçalves. Vejamos:

Em seu discurso, a ênfase está naquela categoria de “bens culturais” considerados como parte integrante da vida cotidiana de distintos seguimentos da sociedade brasileira.(...) Eles são produzidos pelo povo e, nessa condição, são considerados como uma fonte de autenticidade.”(Gonçalves, 1996, p.76).

Atualmente, as políticas de proteção e conservação do Patrimônio Brasileiro segue a tendência iniciada por Aloisio Magalhães. O IPHAN tem políticas de preservação alusivas ao chamado patrimônio material, bem como para o patrimônio imaterial.

Além da implantação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a constituição de 1988, em seu Artigo 206, também contribuiu bastante para a preservação do patrimônio cultural, bem como a ampliação de seu conceito incorporando em sua definição os patrimônios de caráter imaterial. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

Nessa redefinição promovida pela Constituição, estão as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (IPHAN, S/D).

Outra grande contribuição para o patrimônio brasileiro é o decreto de número 3.551/2000 que designou o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. Ainda neste decreto são instituídos os Livros dos Saberes onde serão anotados os modos de fazer de rituais, danças, comidas, enfim, onde estes são escritos para que sejam preservados. Os livros, de acordo com o decreto, são os seguintes:

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (DECRETO 3.551/2000).

Logo, a questão do patrimônio é ainda tema de discussões infundáveis. Debates sobre o conceito de Patrimônio ainda acontecem. Talvez pela abrangência de significados que a palavra pode adquirir. Entretanto, como explicam Carvalho e Scheiner (s/d, p. 457) “cada indivíduo ou comunidade pode identificar, valorizar e nomear o que é seu patrimônio”.

1.3 – Os Museus no Mundo e no Brasil

A palavra museu¹¹, segundo Schwaecz (2001, p. 30) vem dos antigos templos das musas. A existência dos museus é bastante antiga para os grupos humanos. Remonta a grandes civilizações como antigos babilônicos que já possuíam a intenção de colecionar objetos que representam a cultura e a arte da época.

Os primeiros museus públicos só foram criados nos séculos XVII e XVIII, com o objetivo de valorizar o interesse científico e organizar o conhecimento existente à época, além de facilitar o acesso do público a estas coleções:

¹¹ - Museu: lugar destinado ao estudo, reunião e exposição de obras de arte, peças e coleções científicas, ou de objetos antigos, etc. (Holanda, 2001, p. 477)

Em 1683, a partir da doação de Elias Ashmole de sua coleção à Universidade de Oxford, surgiu o Museu Ashmoleano, primeiro museu público de que se tem notícia, ainda um local de pesquisa destinado prioritariamente aos alunos da universidade. Só bem mais tarde, em 1759, abriu-se um novo museu público, o Museu Britânico, originário da coleção de Sir Hans Sloane, naturalista e médico da corte, adquirida pelo Parlamento Britânico. (GASPAR, 1993. p. 10).

Representando uma possibilidade de inserção social, à medida que foram sendo criados, os museus pelo mundo foram adquirindo um caráter de centros de pesquisas especialmente dedicados à educação pública. Entretanto, com o crescimento das universidades tornou-se obsoleto no sentido de que laboratórios foram sendo criados nestes espaços e os museus retornaram à sua categoria de depósito de coleções de cultura material e arte.

No mundo, de acordo com a UNESCO¹², existem atualmente mais de 35.000 museus, que constituem os mais variados elementos de representação e ligação com o cotidiano das pessoas, comunidades, com o meio em que estão inseridos e o conhecimento científico.

Os museus são, em sua maioria, vistos como espaços constituídos para representar o passado e por isso, talvez, traga em si uma carga de preconceito como se fossem apenas um depósito de coisas velhas. Até jargões populares e pejorativos servem como exemplo dessa visão, como: “Quem vive de passado é museu”. Gaspar (1996, p.06) afirma que a ideia preconceituosa envolvendo esses espaços é reforçada até por professores e pesquisadores.

Esse preconceito, infelizmente, existe também junto a professores e pesquisadores que se interessam pela educação informal que, quase sempre, procuram evitar a denominação museu às instituições voltadas a essa área de atuação, sobretudo quando dirigidas ao ensino de ciências. Mesmo quando utilizada ela é acrescida com algum adjetivo como, por exemplo, "museu vivo" ou "museu dinâmico" o que obviamente reforça o preconceito (Gaspar, 1993, p. 6).

¹² - A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), foi fundada em 16 de novembro de 1945 com o objetivo de contribuir para a construção da paz, reduzindo a pobreza, promovendo o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural, por meio da educação, ciências e cultura, comunicação e informação. Fonte: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo>. Acesso em 14 de novembro de 2014. Site oficial da Unesco: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/>. Acesso em 08 de setembro de 2013.

Mas, o próprio autor aponta para uma crescente modificação dessa concepção preconceituosa e atrasada sobre os museus. De acordo com Gaspar (1993, p. 17), embora ainda haja atualmente, em todo mundo, museus que mantêm características antigas e ultrapassadas, o panorama atual mostra uma tendência de renovação que parece irreversível.

Esse movimento de renovação dos museus toma corpo principalmente na década de 1970, com o advento da Nova Museologia. Em 1972, com a “Mesa Redonda de Santiago do Chile”, organizada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), que pregava a necessidade de um museu mais dinâmico e favorável à produção de conhecimento. Como afirma Chagas:

Os novos tipos de museus romperam fronteiras e limites, quebraram regras e disciplinas, esgarçaram o tecido endurecido do patrimônio histórico e artístico nacional e estilhaçaram-se na sociedade. As suas práticas de mediação atualizaram a potência de uma *imaginação* que deixou de ser prerrogativa de alguns grupos sociais. Não se tratava mais, tão-somente, de abrir os museus para todos, mas de admitir a hipótese e de desenvolver práticas em que o próprio museu, concebido como um instrumento ou um objeto poderia ser utilizado inventado e reinventado com liberdade, pelos mais diferentes atores sociais. Por essa estrada, o próprio museu passou a ser patrimônio cultural e o patrimônio cultural uma das partes constitutivas da nova configuração museal (Chagas, 2007, p.219 e 220).

A partir de então, em todo o mundo, cresce a tendência por museus mais dinâmicos e abertos a novas abordagens, bem como a importância da participação da comunidade no “fazer o museu”, da relevância da participação da sociedade no conhecimento produzido nessas instituições, além da divulgação deste conhecimento.

No Brasil, antes da chegada da família real, as pesquisas realizadas no país eram feitas por viajantes estrangeiros que tinham pouco rigor científico. Com a transferência da corte portuguesa para o país em 1808, houve uma preocupação da família real, principalmente D. João VI:

“Disposto a transformar a colônia em uma espécie de sede da monarquia, busca alterar-lhe imagem, entre outras medidas, com a instalação das primeiras instituições de caráter cultural” (Schwaecz, 2001, p. 40).

Assim, foram construídos grandes centros de pesquisa como faculdades, museus e bibliotecas. Este período foi fundamental para o início das pesquisas institucionais, principalmente nas áreas de antropologia e arqueologia.

Para o contexto brasileiro, os museus se propagaram a partir do conceito de museus de história natural. O seu primeiro expoente o Museu Nacional do Rio de Janeiro¹³, criado em 1818, por D. João VI, com a denominação de Museu Real, antiga “Casa dos Pássaros”. Segundo Gaspar:

Seu acervo básico era constituído por uma coleção de mineralogia comprada a Werner, eminente professor de Friburgo, e mais tarde foi acrescido da coleção de zoologia de sábios naturalistas que viajaram pelo Brasil, como Langsdorff, Natterer e Von Sellow. (GASPAR, 1993, P.18)

Importantes museus também foram criados no Brasil durante o século XIX, como o Museu Paulista (1894)¹⁴ que tinha por objetivo valorizar o monumento à Independência; o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866)¹⁵ com status de espaço acadêmico para estudar a geografia e a história da região. E nos séculos seguintes outros importantes museus foram sendo criados como o Museu do Instituto Butantã (1901)¹⁶ de caráter científico.

As políticas públicas com relação a museus no Brasil são bem recentes. Apenas no ano de 2006, o Ministério da Cultura realizou o primeiro Cadastro Único de Museus Brasileiros com o objetivo de mapear e especificar as atividades desses espaços no país¹⁷.

Em 2009 foi criado o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), com o intuito de estabelecer a Política Nacional dos Museus que incluía desenvolver estratégias e ações para o aumento da visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros.

¹³ - <http://www.museunacional.ufrj.br/>. Acesso em 07 de junho de 2015.

¹⁴ - Museu Paulista: <http://www.mp.usp.br/>. Acesso em 07 de junho de 2015.

¹⁵ - Museu Paraense Goeldi: <http://www.museu-goeldi.br/portal/>. Acesso em 07 de junho de 2015.

¹⁶ - Instituto Butantan: <http://www.museu-goeldi.br/portal/>. Acesso em 07 de junho de 2015.

¹⁷ - Informação obtida através de pesquisa no site do Instituto Brasileiro de Museus: www.ibram.gov.br. Acesso em 15 de março de 2015.

É também de 2009, a Lei nº 11.904, que instituiu o Estatuto dos Museus. Nela consta a definição de Museu:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (IBRAM, 2011, p.XVI).

No Piauí, conforme mencionado, existem 31 museus em 16 municípios do Estado, de acordo com o IBRAM, porém poucos são conhecidos e divulgados. A maioria destes constitui-se de objetos de coleções, muitas delas até familiares, como o “Museu do Divino Espírito Santo”, na cidade de Amarante, onde uma família da cidade tradicionalmente realizava a festa do Divino Espírito Santo¹⁸ e resolveu reunir e expor as peças utilizadas durante os festejos.

Dos que recebem um maior destaque: o Museu do Homem Americano¹⁹, um dos mais importantes museus piauienses, tem sua criação na década de 1980. Já com relação ao Museu do Piauí Casa de Odilon Nunes, apesar de ter sido criado em 1934, só bem recentemente vem reforçando suas ações divulgação e de educação²⁰.

1.4- O Museu do Piauí Casa de Odilon Nunes

Antes de falarmos especificamente sobre o Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes” consideramos necessário uma breve caracterização do entorno em que está inserido o Museu do Piauí. A “Casa de Odilon Nunes” está localizada no centro histórico de Teresina que começou a se formar com a transferência da capital do Piauí do interior para a porção mais ao norte do Estado.

¹⁸ - Matéria de portal de notícia sobre a Festa do Divino Espírito Santo em Amarante: <http://g1.globo.com/pi/piaui/clube-rural/videos/t/edicoes/v/museu-do-divino-em-amarante-e-conhecido-pelo-cenario-e-riqueza-cultural/3967710/>. Acessado em 05 de setembro de 2013.

¹⁹ - Museu do Homem Americano: <http://www.fumdam.org.br/>. Acesso em 07 de junho de 201

²⁰ - De acordo com a diretora do museu, Dora Medeiros, as atividades de divulgação e educação no museu se intensificaram no início da década de 1990. A informação foi fornecida em conversa durante a pesquisa de campo no dia 28 de maio de 2015.

A primeira capital do Piauí foi Oeiras, localizada ao sudeste do estado. Entretanto, a transferência da capital piauiense para o norte do estado está relacionada à grande distância da primeira capital, Oeiras, do rio Parnaíba que era a principal rota de escoamento econômico. Também era muito distante da cidade de São Luís, cidade sede do Estado do Maranhão e Grão-Pará, cuja capitania do Piauí era subordinada, de acordo com Lima (1998).

O povoamento de Teresina iniciou pela então Vila Velha do Poti, na região norte da cidade e próximo ao encontro dos rios Parnaíba e Poti. Entretanto, a área era acometida por inundações periódicas, o que prejudicava a ocupação. O povoamento da cidade, então, se deslocou para a porção central da cidade, onde se iniciou um projeto de planejamento urbano da que seria a capital piauiense.

Teresina foi elevada a condição de cidade através da resolução N° 315, de 21 de julho de 1852 (LIMA, 1998b). Em 16 de agosto de 1852 tornou-se, efetivamente, a capital do Estado do Piauí. Curiosamente, Teresina foi à primeira cidade planejada do país. O desenho inicial foi elaborado de forma em que as ruas, paralelamente disposta, partiam do Rio Parnaíba em direção ao Rio Poti (Fig. 01), como evidencia Costa Filho:

A construção da Vila Nova do Poti constituiu-se num fato singular da história piauiense. Até a metade do século XIX, todas as vilas tiveram um surgimento espontâneo ou natural. [...] No caso da Vila Nova do Poti, o traçado urbanístico é resultado de um plano pré-estabelecido com suas ruas regularmente traçadas, em forma de tabuleiro de xadrez, seus construtores tinham noção exata do que faziam (COSTA FILHO, 2002, p. 31 apud COSTA, 2015,p. 34).

Uma das bases para os traçados planejados da capital é a Praça Marechal Deodoro da Fonseca, conhecida popularmente como Praça da Bandeira. Instalada na Chapada do Corisco, a praça se transformou ao logo do tempo em um dos principais locais de manifestações artísticas, culturais e políticas de Teresina.

Atraindo os olhares da população, desde os primórdios, a praça era o centro cívico, onde, em seu entorno, estavam os edifícios mais importantes da cidade, desde as sedes do poder político, edificações religiosas, o mercado público, a escola normal e as casas dos importantes homens do início do século XIX (Lopes, et all, 2013).

A Igreja do Amparo é também um local de significativa importância deste centro histórico na qual está inserido o Museu do Piauí está a Igreja do Amparo

que é considerada um dos marcos de referência para o traçado no planejamento urbano, no período da transferência da capital. De acordo com Silva (s/d) isso mostraria a relevância do espaço religioso como de importância social e espacial na estrutura da cidade.

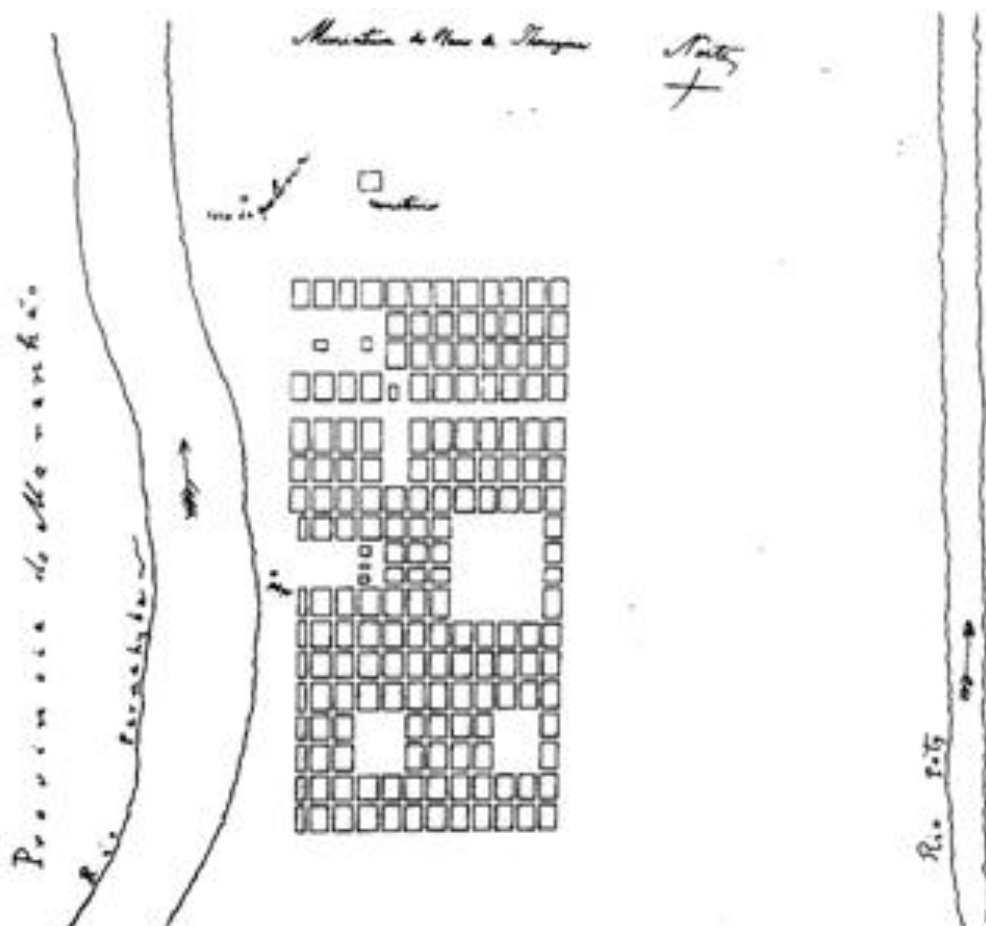


Fig. 01: Traçado do Planejamento Urbano de Teresina. Fonte: Fundação Cultural Monsenhor Chaves.

Outro local de importância histórica e localizado no entorno do Museu do Piauí, mais precisamente ao lado, é o Mercado Central São José, mais conhecido pro Mercado Velho. O prédio começou a ser construído por volta de 1884 e inaugurado em 1860. O local de instalação do mercado também seguiu a logica de facilitar as transações comerciais da nova cidade, como explica Fonteles:

O local que receberia o Mercado Público de Teresina foi escolhido pelo então Presidente Pereira de Carvalho. O terreno cedido pela Câmara Municipal ao Coronel Jacob Manuel D'almendra, situava-se

em frente à Praça da Constituição, próximo ao rio Parnaíba. Esta localização foi importante, pois, através do rio, era feita a maior parte dos transportes dos gêneros alimentícios, que eram provenientes, em sua maioria da outra margem do rio, na província do Maranhão. As obras do mercado tiveram início em 03 de outubro de 1854, durante o governo do Coronel Balduino José de Carvalho, contudo, em 1856 elas foram suspensas, no mandato do comendador Frederico de Almeida (Fonteles, 2015).

Dentro deste contexto, o Museu do Piauí Casa de Odilon Nunes funciona em um casarão colonial localizado na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, no centro de Teresina.

Como já foi dito, o museu foi criado em 1934, sendo instituído formalmente em março de 1941, através do Decreto Lei Nº 355. Na década de 1980, passou a funcionar na antiga residência do Comendador Manoel Jacob Almendra na Praça Marechal Deodoro da Fonseca.

O casarão onde hoje funciona o Museu do Piauí foi construído em 1859. De 1873 a 1926, no local funcionava a sede do poder executivo do Estado. Depois o Tribunal de Justiça do Estado passou a funcionar no local. Após uma reforma, em 02 de dezembro de 1980 passou a sediar o museu do Estado. A intenção do então secretário de cultura, Wilson Brandão, era que o Museu do Piauí tivesse uma sede própria e maior capacidade para abrigar todo o acervo disponível, visto que o mesmo funcionava em uma ala do Arquivo Público do Piauí²¹.

Em 09 de novembro de 1992, o Museu foi tombado como Patrimônio Histórico Estadual, através da Lei Nº 4515. Em 10 de outubro de 1999 recebeu o nome de Casa de Odilon Nunes²², em homenagem ao centenário do historiador piauiense.

A Casa de Odilon Nunes funciona de terça a domingo. Durante a semana o horário de visitação é das 08h às 18 horas. Aos finais de semana e feriados funciona de oito da manhã até o meio dia. O museu possui cerca de

²¹ - Informação obtida no site www.pi.gov.br. Acesso em 07 de junho de 2015.

²² - Odilon José Nunes é um reconhecido historiador piauiense. Nasceu na cidade de Amarante, em 10 de outubro de 1899. O seu primeiro livro, "O Piauí na História", foi lançado em 1931. Escreveu 16 livros de notável importância para a historiografia piauiense. Por isso, recebeu da Universidade Federal do Piauí o título de doutor "honoris causa". Também, as medalhas do "Mérito Joaquim Nabuco", de Pernambuco, e do "Mérito Visconde da Parnaíba", do Instituto Histórico de Oeiras. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, Conselho Estadual de Educação e membro da Academia Piauiense de Letras, o primeiro ocupante da cadeira 34, cujo patrono é Anísio Brito. (Wikipedia, 2015)

30 funcionários que atuam nas diversas atividades necessárias ao funcionamento da instituição como limpeza, manutenção das peças do acervo, guias, e professores incumbidos da elaboração de atividades educacionais, exposições e demais eventos.

O museu está ligado a Secretaria Estadual de Cultura que antes se chamava Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC)²³ e recebe uma verba mensal para a manutenção e limpeza do prédio e do acervo. Os funcionários²⁴ são de responsabilidade do governo do Estado. Mas, também são fechadas parcerias com a Prefeitura de Teresina, universidades e outros órgãos para a organização e realização de eventos²⁵ (Fig. 02, 03 e 04).



²³ - A Secretaria Estadual de Cultura iniciou suas atividades em junho de 2015, após uma reforma administrativa no governo do Estado. Antes, quem respondia pela pasta da cultura era a Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC). A Secretaria Estadual da Cultura recebe recursos mensais do governo estadual e atua em todo o estado através de diversos mecanismos, como leis de incentivos e Casas de Cultura em municípios polo.

²⁴ - Os funcionários do Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes” são servidores que ingressaram na administração pública estadual antes da Constituição de 1988, que não exigia o concurso para a efetivação no serviço público. Segundo a diretora do museu, Dora Medeiros, já foi solicitada a Secretaria Estadual de Cultura à abertura de concurso público para o museu. A diretoria da casa aguarda autorização para a realização do certame.

²⁵ - Exemplos de eventos realizados no Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes”:

- 13ª Semana dos Povos Indígenas - <http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/id/19122>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.
- Exposição para Deficientes Físicos – <http://cidadeverde.com/noticias/173938/museu-do-piaui-promovera-exposicao-para-deficientes-visuais>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.



Figuras 02, 03 e 04: são realizados no Museu do Piauí eventos para se discutir os museus no Estado, bem como o debate sobre os temas mais variados como arte, sustentabilidade na tentativa de atrair público para o local.

Boa parte destes eventos seguem uma programação nacional, estabelecida pelo IBRAM e são mais voltados a temas locais são realizados tendo como base algumas datas comemorativas, tais como Dia do Índio, dia do aniversário do Piauí ou o dia do aniversário de Teresina, para citar alguns exemplos (Fig. 05 e 06).



Figuras 05 e 06: a Primavera dos Museus é um evento nacional promovida anualmente pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Cada ano é colocado em discussão um tema diferente.

Anualmente, o local recebe cerca de 12 mil visitantes. Esta é uma estimativa da direção com base nos cadernos de registro de visitação. maioria dos visitantes são professores e estudantes de escolas públicas de ensino fundamental²⁶ (Foto 03 e 04).



Foto 03 – Visita de estudantes do ensino fundamental de uma escola particular de Teresina. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 04 – De acordo com a direção do Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes”, os estudantes são os principais visitantes do local. Fonte: arquivo pessoal.

²⁶ - A informação sobre a média de pessoas que visitam o museu por ano e que este público, em sua maioria, é composto por estudantes do Ensino Fundamental foi fornecida pela diretora da casa, Dora Medeiros, em entrevista realizada no dia 28 de maio de 2015.

O acervo do museu é bem eclético²⁷ e durante a observação participante, pode ser notado que o acervo é distribuído em 16 salas temáticas. São elas: Galeria dos Governadores, A Terra, Piauí Colônia, Piauí Império, República Velha, República Nova, Arte Sacra, Arte Popular, Pinacoteca, Escravidão, Sala das Comunicações, Índios, Arqueologia, Pinacoteca, Numismática e Heráldica.

Logo, o Museu do Piauí Casa de Odilon Nunes pode ser considerado de grande importância para o contexto histórico e patrimonial do Estado do Piauí, visto a relevância da cultura material e imaterial presente em seu acervo.

Para uma maior contextualização do objeto da pesquisa será apresentado neste capítulo um apanhado histórico e conceitual das categorias abordadas durante o estudo, entre elas: Museu, Patrimônio, Educação Patrimonial e Arqueologia Pública.

1.5 - Antropólogos e Museus

Vale ressaltar que a atividade do Antropólogo tem uma ligação forte com museus. Alguns autores como Abreu & Filho, (2007, p.21) afirma que a Antropologia nasceu nos museus e é marcada pela ideia de:

“preservação desde o início quando os primeiros pesquisadores da disciplina coletavam objetos e documentos em suas pesquisas de campo e depois armazenavam nos laboratórios de pesquisa, que ficavam nestes espaços”. Abreu & Filho, (2007, p.21)

Ou seja, a Antropologia era produzida no ambiente institucional dos museus. Essa ligação Antropólogo-Museu era bem forte entre evolucionistas e difusionistas.

Os evolucionistas tinham a visão de que, a humanidade tem apenas uma ascendência e, guiadas por eventos evolutivos comuns, seguiria um desenvolvimento histórico igual em todas as partes. Os pesquisadores desta corrente buscavam descobrir leis gerais de evolução da cultura humana.

²⁷ - Uma descrição mais detalhada sobre as peças do acervo, bem como a sua origem será realizada em outro capítulo desta dissertação.

Já o Difusionismo pode ser visto como uma reação ao movimento evolucionista. Havia, nos teóricos dessa corrente, uma maior preocupação em ter métodos de pesquisa mais rigorosos. Por isso, realizavam trabalho de campo. Pretendiam segundo Gonzaga, encontrar uma explicação histórica para explicar as semelhanças existentes entre as culturas particulares. Para os pesquisadores desta corrente, os fenômenos humanos seriam resultado de difusão e não de evolução. Grafton Elliot Smith, Franz Boas, Margareth Mead e Ruth Benedict, são destaques desta corrente. (Gonzaga, p. 222- 235).

Para estas duas escolas a cultura material era valorizada. Os objetos eram expostos nos museus com o objetivo de indicar algum grau de evolução ou desenvolvimento tecnológico de determinados grupos ou ainda estabelecer uma relação de transmissão e não de invenção da cultura humana.

Essa posição teria perdurado até o final do século XIX, quando Franz Boas²⁸, de acordo com Gonçalves (2005, p. 07), faz uma crítica às considerações de evolucionista, difusionista e museólogos sobre os objetos materiais por terem uma visão superficial sobre os bens museológicos, que deveriam ser analisados sob outros aspectos como: quem os usava? Com que finalidade? Também a análise dos aspectos simbólicos que envolviam os objetos.

Ainda segundo Gonçalves (2005, p.08), a partir das críticas de Boas até as primeiras décadas da segunda metade do século XX há um afastamento dos Antropólogos dos museus, embora a cultura material não tenha deixado nunca de fazer parte dos trabalhos antropológicos. Alguns fatores são responsáveis por isso.

Um deles é a visão da escola Estrutural-Funcionalistas. Para os teóricos dessa escola, todos os elementos de uma cultura deveriam ser vistos como um todo, só assim se teria condição de abarcar a sua complexidade. Para eles a sociedade era como um organismo, integrado por diversas partes, onde cada um exerceria uma função para o funcionamento e estabilidade desse organismo (estabilidade social). Logo, para os estrutural-funcionalistas, os

²⁸ - Franz Boas era um antropólogo inglês nascido em 1858, um dos precursores da Antropologia cultural e do relativismo cultural. No relativismo cultural há a concepção de que os elementos que compõem a cultura não tem caráter absoluto. O conjunto deve ser observado e levado em consideração, não havendo cultura ou elemento dela que seja absoluto. Por isso, Boas criou o termo "culturas". Fonte: <http://antroposimetrica.blogspot.com.br/2011/09/franz-boas-e-o-particularismo-historico.html>. Acesso em 02 de setembro de 2015.

objetos eram vistos apenas como indicadores de posição de vida social e meios de demarcação de identidade.

Os antropólogos sociais britânicos de orientação estrutural-funcionalista e voltados para o estudo de “sociedades” (em vez de “culturas”) interpretarão os objetos materiais como sinais diacríticos a indicar posições sociais, pouco lhes importando a descrição e análise da forma, do material e da técnica com que eram produzidos. A formação desses antropólogos não passava necessariamente pelos museus e pela atenção à “cultura material” (Gonçalves, 2005, p.8).

Outro elemento responsável pelo afastamento Antropólogo-Museu seria a junção da função de etnógrafo e antropólogo com a criação de diversos departamentos de antropologia em universidades.

No Brasil, esse movimento em direção as universidade pôde ser notado na década de 1960, considerada um verdadeiro marco na intensificação das pesquisas acadêmicas em Antropologia em universidades com a criação de programas de graduações e pós graduação na área, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, como afirma Correa:

Por ordem de entrada em cena, essa renovação se iniciou com a criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu Nacional (1968), com a remodelação da pós graduação já existente na USP (1970), com a criação de um programa de mestrado na UNICAMP (1971) e mais um na Universidade de Brasília (1972) (Correa, 1995, p. 35).

A partir da década de 1960, toma corpo a Antropologia Simbólica. Esta corrente acreditava que a cultura não é, segundo Ortner (2011):

Algo preso dentro das cabeças das pessoas, mas que é incorporada em símbolos públicos, símbolos através dos quais os membros de uma sociedade comunicam sua visão de mundo, orientações de valor, *ethos* e tudo mais uns aos outros, às gerações futuras — e aos antropólogos.

Dentro deste novo modo de pensar, os objetos dos museus serão pensados sob a ótica de Mauss (2003 [1950]), como “fatos sociais totais”²⁹. Ou seja, os objetos passarão a ser vistos enquanto parte de “sistemas simbólicos ou categorias culturais cujo alcance ultrapassa limites empíricos e

²⁹ - O conceito de Fatos Sociais Totais, de Mauss, encontra-se na pag. 11 deste documento.

a função, mais do que a de 'representar', é a de organizar e constituir a vida social", de acordo com Gonçalves (2005, p.09).

Entretanto, é a partir dos anos de 1980, que coleções, museus, arquivos a "patrimônios culturais", voltam a ser o foco de interesse de pesquisas antropológicas, provocando uma reaproximação Antropólogo-Museu. O interesse estaria associado, segundo Gonçalves, a um determinado momento da história da disciplina, caracterizado por Stocking Jr. (1989, p. 7, IN Gonçalves, 2005, p.10) como um momento "reflexivo", "interpretativo" e "desconstrutivo".

Essas instituições constituem, na verdade, o locus de cruzamento de uma série de relações de ordem epistemológica, social e política, configurando-se em áreas estratégicas de pesquisa e de reflexão para o entendimento das relações sociais, simbólicas e políticas entre diversos grupos e segmentos sociais, em especial aqueles que se fazem presentes nos contextos coloniais e pós-coloniais. (Gonçalves, 2005, p. 10)

Com a volta dos museus ao cenário das pesquisas antropológicas, viu-se, entre os pesquisadores e profissionais da área, a necessidade de fortalecer a educação patrimonial como recurso para a preservação do patrimônio. Aliada a educação patrimonial, a Arqueologia Pública também passou a figurar entre as relevantes áreas de pesquisa que contribuem para este campo de pesquisa. Veremos mais detalhes sobre o assunto no tópico a seguir.

1.6 - Educação Patrimonial e Arqueologia Pública

Como meio de relacionar a fundamentação teórica referente a esta pesquisa, trabalharemos dois aspectos importantes para o entendimento e a valorização do espaço do museu como representante de um patrimônio cultural passível de educação patrimonial: A Arqueologia Pública e a própria Educação Patrimonial.

A educação patrimonial é um viés constituinte do processo de "renovação" teórica e prática que tanto a Arqueologia quanto a Antropologia vêm sofrendo nos últimos anos, pois representa a forma mais direta da relação de contato entre as comunidades e os artefatos da cultura material ou os elementos de tradição da cultura imaterial.

Nesta pesquisa, o conceito de Educação Patrimonial adotado será o de Horta, Gurnberg e Monteiro (1999) que afirmam: “trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

Estas ações de educação patrimonial geralmente são representadas nos espaços das escolas, da própria comunidade, nas praças e outros espaços públicos para informar às pessoas da existência de uma cultura material ou imaterial que pressupõe um patrimônio no qual o indivíduo e a sociedade devem se identificar.

Entretanto, consideramos importante a realização de que façam a comunidade se familiarizar e considerar o museu como um espaço de identificação e apropriação. Algo que a faça despertar para a noção de museu como patrimônio no sentido de que também é seu. De que ela é capaz de produzir e transmitir conhecimento neste espaço.

O museu é um espaço de elevado potencial pedagógico e, portanto, bastante apropriado para a realização dessas atividades, tendo como foco a Educação Patrimonial, pois segundo afirmam Horta; Grunberg; Monteiro:

[...] a Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, lavando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural Horta; Grunberg; Monteiro (1999, p. 6).

O reconhecimento desta relação patrimônio cultural e educação patrimonial reside na valorização e na preservação dos museus, o que implica na disseminação de ações socioeducativas patrimoniais e na maior participação dos poderes públicos no incentivo aos museus. Neste sentido, a aliança entre arqueologia pública e educação patrimonial é bastante útil, uma vez que, segundo Funari:

Atualmente é bem aceito que a arqueologia e a educação são indissociáveis, e que o passado é muitas vezes representado como um espelho dos grupos dominantes em uma determinada sociedade. Tanto educação quanto arqueologia podem lidar com a interpretação do presente e do passado para forjar identidades úteis para as

pessoas no poder, destarte, arqueólogos e educadores têm sido promotores ativos de abordagens críticas. Assim, a arqueologia é capaz de dar voz às "maiorias silenciosas" que estão representadas nos registros materiais, à luz de seus próprios interesses e perspectivas. A arqueologia, e a educação interagem especialmente nos museus, salas de aula e livros didáticos (Funari, 2008, p. 19).

A obra *Public Archaeology* (1972) de Charles Robert McGimsey é considerada o marco inaugural da Arqueologia Pública. Segundo Carvalho & Funari (2007, p. 134), nesta década a Arqueologia, influenciado tanto por teorias pós processualistas³⁰ como por teorias marxistas, e fazia indagações sobre sua função social.

Logo, a Arqueologia Pública surge como um conjunto de ações e de reflexões que objetiva saber a quem interessa o conhecimento produzido pela Arqueologia, como as pesquisas arqueológicas afetam a sociedade e como estão sendo apresentadas ao público, de acordo com Silveira & Bezerra (2007, p. 85).

Isso faz parte de um movimento na Arqueologia que durante os últimos anos vem deixando a característica de se constituir ora como uma técnica para a descoberta de elementos da cultura material que venha a subsidiar as pesquisas de outras áreas do conhecimento como a Antropologia e a História. Ora como uma ciência que por sua metodologia e referencial científico peculiar busca identificar-se como a referencia no estudo do passado da humanidade, através da busca de traços culturais e datações que corroborem tal aspecto, para se constituir em uma ciência capaz de agregar importantes discussões que tornam as comunidades que estão presentes nestes espaços de pesquisas parte do processo científico, social e profissional do arqueólogo.

A Arqueologia Pública também tem o papel de mediadora nas discussões éticas a respeito da participação efetiva das comunidades nos processos de pesquisas arqueológicas, que segundo Funari (2008, p. 18), este público é bastante diversificado:

Entendemos o público não apenas como os grupos locais, as comunidades étnicas e os alunos, mas também a sociedade em geral

³⁰ - Segundo David e Kramer (2002, p. 41), o pós processualismo surge na década de 1980 influenciado por pensadores como Karl Marx, Antoni Giddens e Michael Foucault. Busca explorar as dimensões simbólicas da cultura material.

que lê revistas e desfruta de programas sobre ciência popular no rádio e na televisão (FUNARI, 2008, p. 08)

Esta referência da arqueologia Pública vem se intensificando nos últimos anos, produzindo em larga escala ações, pesquisas e relatórios científicos para a melhoria do acesso das comunidades na pesquisa arqueológica, sua identificação com os objetos patrimoniais materiais e imateriais e a relação com a valorização destes.

CAPÍTULO 2

SUPRIMIDO

Capítulo 3 - Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes” e a paisagem do entorno: conflitos e dilemas

As condições estruturais do museu não são das melhores. Necessita de uma reforma urgente para se adequar a determinadas situações, inclusive cabíveis em lei, como rampas e elevadores para a acessibilidade. Em uma rápida visita, podem-se perceber madeiras no teto tomadas por cupins, paredes sujas de fezes de pombo (fotos 10 e 11), o que pode representar um risco para a saúde de visitantes e funcionários.

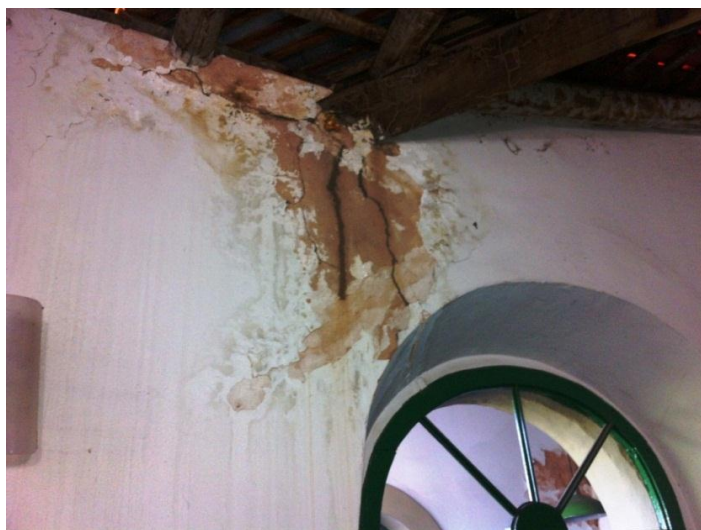


Foto 10 – O prédio onde funciona o museu necessita passar por uma reforma. Nesta foto nota-se a presença de cupins na estrutura. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 11 – Parede suja com fezes de pombos. Fonte: arquivo pessoal.

Algumas tabuas do piso de madeira estão em péssimas condições precisando ser trocadas. Para disfarçar esse problema do piso, são dispostos alguns quadros no chão a fim de encobrir as tabuas danificadas (foto 12).



Foto 12 – Piso danificado. Os quadros são colocados encobrir os buracos. Fonte: arquivo pessoal.

Todos esses problemas podem indicar o nível de atenção que o Museu do Piauí recebe de seu mantenedor: a Secretária Estadual de Cultura, que é responsável pela conservação do local e claro, da sociedade como um todo.

As condições estruturais do local são realmente bem precárias, em 2013, quando a casa recebeu um evento nacional, uma exposição de fotos do Antropólogo Pierre Verger (Fig. 02), algumas salas foram climatizadas rapidamente para que pudesse atender da forma adequada às peças da exposição bem como dar certo conforto ao público.



Figura 02: Exposição “Nos Caminhos Afro” – Pierre Verger

Outro problema do prédio é que, a pesar de ser um prédio centenário e abrigar peças importantes, o local não possui um plano de combate a incêndio. De acordo com a diretora Dora Medeiros, a última reforma realizada no local foi há dez anos, mas esperam novos reparos em breve.

“Nós estamos com um projeto para reforma aprovado e já foi encaminhado para a SEAD (Secretária Estadual de Administração) e estamos aguardando esse novo período de restauração (hidráulica e elétrica). Bem como a climatização e ampliação. Já recebemos a doação, informal, do prédio ao lado. Enfim, tudo saindo nós temos projetos para um espaço maior para os funcionários, espaço para oficinas, um auditório bem moderno e um café”.

Outro grande problema para o funcionamento do museu é o seu entorno. O prédio fica localizado em um dos pontos mais movimentados da cidade. O que poderia ser ótimo para a sua visibilidade e fruição. Só que não é assim que as coisas funcionam. O Museu do Piauí está localizado bem em frente à Praça Marechal Teodoro da Fonseca, mais conhecida como Praça da Bandeira. É um dos principais pontos de transporte coletivo da cidade (Foto 13), milhares de

pessoas e veículos, alguns pesados como ônibus, circulam em seu entorno todos os dias e isso interfere sobremaneira no funcionamento do museu.

O local é um casarão que, como é típico de edificações antigas, tem muitas janelas o que seria um espaço bem ventilado e adequado para as peças do acervo. Entretanto, as janelas do local ficam todas fechadas para impedir que a fuligem da fumaça dos veículos se deposite sobre o acervo. Outro problema é a trepidação que os veículos provocam e que pode chegar a danificar peças. Na parte de cima do museu, é fácil perceber o quanto a vibração provocada pelos ônibus ressoa nas peças, principalmente as mais delicadas.



Fotos 13 – Transporte coletivo parando em frente ao museu. A fuligem da fumaça destes veículos prejudica muito a limpeza e conservação do acervo. Fonte: arquivo pessoal

Quase totalidade dos funcionários foram enfáticos em dizer que o trânsito intenso na frente do museu prejudica o funcionamento do mesmo. A funcionária Vera Lúcia, que trabalha na parte de limpeza e conservação (Fotos 16 e 17) do museu afirma o seguinte:

Esse monte de ônibus aí na frente atrapalha muito. Até porque a fumaça do ônibus e a trepidação contribuem para sujar as peças. Por isso a gente tem o museu todo fechado. E as janelas fechadas pra que os pombos não entrem...além da preocupação com as doenças que eles transmitem. Então a gente tem esse cuidado de tá limpando

sempre o museu. Todo mês a gente faz uma espécie de mutirão para limpar as peças e evitar que elas se danifiquem.

A funcionária Helena Carvalho também comenta sobre o trânsito intenso na frente do prédio e elenca alguns outros problemas que interferem no funcionamento do museu.

Pra mim, na minha concepção, isso aí não é legal. Aqui tinham que ser feitas muitas mudanças. A rota dos ônibus...teria que começar por aí. Infelizmente temos janelas fechadas por segurança, limpeza e conservação. A poluição é muito grande. Além da poluição junta muito coisa ruim na frente. Entra muita gente desses moradores de rua. E pra mim engloba tudo: segurança e preservação. Pra mim, essa questão abrange a conservação, o meio ambiente e a conservação do prédio. Compromete tudo. Aqui a gente não tem segurança de jeito nenhum. Mas a gente sabe que educação e cultura nunca foi prioridade nesse país.

A senhora, Raimunda Anchieta, que é guia do museu, fala da necessidade urgente de intervenções no local:

Faz tempo que a gente quer uma reforma aqui. Faz tempo que a gente necessita reformar isso aqui. Precisamos de um elevador pra acessibilidade. Às vezes a gente precisa pedir os vizinhos levem visitantes cadeirantes no colo, até a parte de cima. Outra coisa importante, precisamos climatizar. Infelizmente por conta da fuligem nós temos que deixar as janelas fechadas e isso deixa o ambiente quente. Ainda mais nessa nossa terra. A iluminação também é importante. Mas geralmente quando se fala de reforma só se fala na pintura. Falta interesse do governo.

Entretanto, um questionamento se faz necessário: como coordenar esse ritmo da cidade e o ambiente que parece tem um tempo só dele? Como juntar esse movimento em direção ao crescimento do espaço urbano com a preservação do patrimônio? Há um meio termo entre o desenvolvimento urbano acelerado e a conservação patrimonial?

Para Choay (2006, p. 12), o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais. Ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana; aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjunto de cidades. Por isso, ainda segundo Choay (2006, p. 16), arquiteturas e espaços não devem ser fixados por uma ideia de conservação intransigente, mas manter sua dinâmica. Contudo, há de se ficar bom para os

dois lados: a cidade que cresce e se desenvolve e os locais de memória, de patrimônio e que devem ser conservados.



Foto 16 – Funcionárias do Museu realizando a limpeza do acervo. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 17 – Funcionárias do museu realizando a limpeza do acervo. Fonte: arquivo pessoal.

Talvez, uma maior visibilidade do museu ajudaria um pouco nesse processo. Se este fosse mais percebido pelas autoridades, sociedade em geral, teríamos um posicionamento diferente de todos esses atores em relação ao museu e este poderia funcionar satisfatoriamente. Aqui, o processo de educação patrimonial, não só aquele feito de forma frágil nas escolas (lembrando que o público alvo do local são estudantes), mas aquela também praticada com as pessoas do entorno do museu. As que trabalham ali e as que passam diariamente para pegar o transporte coletivo.

Aqui mais uma vez precisaríamos unir esforços de diversos agentes, como o governo, instituições de ensino que promovam palestras sobre a importância do local. Panfletos informativos para os trabalhadores do entorno e transeuntes.

A educação patrimonial também é essencial na leitura do espaço em que está inserido o museu, neste caso, cheio de conflitos. Uma educação patrimonial, como afirma Machado, que permita que esta percepção do lugar possibilite um reconhecimento deste espaço acessando alguns aspectos como memória e sentimentos.

[...] educação patrimonial torna-se se um relevante instrumento de representação ambiental e cultural, revelador de memórias muito particulares, pensadas também em um cenário coletivo. A educação patrimonial possibilita a interpretação dos bens culturais, tornando-se um instrumento importante para valorizar e preservar o patrimônio, pois essa objetiva ser um instrumento que se utiliza dos lugares e suportes da memória no processo educativo, a fim de desenvolver a sensibilidade dos cidadãos para a importância da preservação dos bens culturais. (Machado, 2010, p.05)

Talvez esse seja um dos quesitos a serem reforçados no cronograma de atividades do Museu. Embora haja um esforço muito grande por parte do núcleo de educação e também da direção da casa em promover o museu neste sentido.

Ações que possibilitem uma maior participação daqueles que trabalham ali fora. Também ações, com aqueles que passam, embora apressados, todos os dias pela frente do prédio para, quem sabe, torná-los um agente de preservação e conservação.

Se temos, infelizmente, uma política patrimonial que não instiga tanto o interesse da sociedade em geral, precisamos de mais ações do próprio museu que incentive esse público e o traga para perto de si. Para que este público comece a perceber a importância deste museu e intensifique em si o sentimento de valorização e preservação.

3.1 – Museu do Piauí “Cada de Odilon Nunes” e a paisagem do entorno

No entorno do museu tem-se uma atividade comercial muito forte. Durante a semana o comércio formal é o que predomina. Entretanto, durante o final de semana, o comércio informal pode ser notado facilmente. Inclusive, alguns vendedores chegam a ocupar a calçada do museu e até a amarrar algumas peças nas grades das janelas do prédio (Fotos 14 e 15). Este fato se deve a ausência dos fiscais da Prefeitura, que trabalham no sábado até às 10h apenas e aos domingos não há fiscalização alguma.

Isto remete ao que Gonçalves (2007, p. 239) denomina como delimitação das fronteiras do Patrimônio, especialmente em locais que envolvem “mercados” como é o caso do Museu do Piauí e sua localização ao lado do mercado central, ele diz ser problemático por conta da relação conflituosa entre os agentes do Patrimônio e Estado, empresas e associações civis:

No que tange aos processos sociais e culturais de delimitação das fronteiras do patrimônio, a categoria “mercado” parece desempenhar um papel especial. No Brasil, ao longo de várias décadas, nos debates públicos sobre as políticas de tombamento e de preservação dos chamados “patrimônios culturais”, o “mercado” foi tendencialmente representado sob uma forte desconfiança. Os interesses mobilizados pela possibilidade de comprar e de vender livremente determinados bens eram vistos como um meio nefasto de descaracterização desses bens e de perda de sua autenticidade. A busca da autenticidade confundia-se, de certo modo, com uma constante e obsessiva proteção contra os efeitos do mercado. Esse modo de perceber o mercado era acompanhado por uma determinada configuração das relações entre os agentes que integravam o chamado campo do patrimônio: uma configuração marcada pelo controle quase exclusivo do Estado em relação a outras agências, tais como empresas e associações civis.

Por conta do horário de funcionamento do Museu e do horário de trabalho dos fiscais da Prefeitura, todos os ambulantes entrevistados foram

enfáticos em afirmar que não ocupam aquele espaço diariamente porque certamente serão removidos e multados por estes agentes. Como no sábado, o expediente dos fiscais é mais curto, ou às vezes, não se fazem presentes, os ambulantes entrevistados utilizam estes espaços para comercializar seus produtos que correspondem a CDs e DVDs, roupas, flores, bolsas, guarda-chuvas, entre outros.

Assim se configura a paisagem do entorno do museu. Aqui, tomaremos a concepção de paisagem onde ela é vista como o entrelaçamento da cultura, natureza e sujeito. Como afirma Silveira, a respeito do conceito de Ingold:

Nos termos da antropologia ecológica de Ingold (2000), a paisagem é pensada como o horizonte de convergência dos corpos e organismos humanos e não-humanos com o ambiente que os engloba, distinguindo-se de uma concepção de paisagem como “vista” ou cenário para a ação humana. Para o autor, assim como os corpos não são formas dadas anteriormente, independentes dos seres que os constituem geneticamente, as paisagens não são cenários pré-existentes a espera das criaturas que vão ocupá-las (Ingold, op. cit.). (Silveira, 2009, p. 84).

Logo, a ação na paisagem também seria resultado de uma demanda simbólica. Pois, ainda segundo Ingold (2000, apud, Silveira, 2009), as formas de agir no ambiente são também formas de percebê-lo. Talvez isso explique em parte a forma de agir da sociedade com o museu: o pouco caso com o local; o total desconhecimento do que funciona naquele prédio; ou o conhecimento e a vontade de visitar o museu, “mas quando der tempo”; o total desrespeito com o espaço e utilizar parte de sua estrutura como mostruário das peças a serem vendidas. Falta uma conexão das pessoas com o local. Falta interesse.



Fotos 14 e 15 – Os ambulantes utilizam as calçadas e as janelas do museu como mostuário de seus produtos. Fonte: arquivo pessoal.

Outra relação que pode ser feita entre a paisagem e a forma de agir é com a ideia de carne para Merleau-Ponty. Em sua obra “O visível e o invisível”,

o autor sugere uma continuidade entre corpo-carne do mundo e o corpo-carne humano. Para Merleau-Ponty:

“Há um corpo da mente e uma mente do corpo (...). A noção essencial desta filosofia é a carne, que não é o corpo objetivo nem o corpo pensado pela alma (Descartes), [mas] o qual é o sensível no sentido daquele que é sentido e do que sente (Merleau-Ponty 1968, p. 259. In: Carvalho, 2009, p. 5).

Assim, haveria uma forte ligação entre a nossa subjetividade e o mundo fora do nosso corpo. Assim, nossas ações seriam resultados diretos da reflexividade resultante de uma imbricação desses dois elementos (corpo-mundo), como afirma Carvalho:

Com a noção de “carne”, Merleau-Ponty inverte a posição cartesiana de um sujeito que pensa e, portanto, existe, ou, ainda, que pensa o mundo com uma mente à parte do mundo. Na perspectiva fenomenológica, o mundo pensa *no* sujeito que existe numa relação de continuidade e distinção com seu ambiente-mundo. O sujeito é parte orgânica da *carne do mundo* e sua singularidade nesta participação está na forma de exercer a reflexividade. Como afirma Merleau-Ponty (1968, p. 250), “a carne do mundo não sente a si mesma como minha carne. Ela é sensível, mas não sensiente. Eu chamo isto de carne, no entanto, para dizer que isto não é absolutamente apenas um objeto”. (CARVALHO, 2009, p. 5).

Ainda com relação à forma de percepção do espaço e da forma de agir nele. Carvalho complementa:

Como condição corporal do sujeito, o mundo é experienciado como constitutivo do sujeito-corpo que o habita e não mais apenas como um referente externo e objetivo aos sujeitos que nele se movem. Nesse sentido, concordamos com Abram (1996, p. 85), quando este argumenta em favor do “nosso envolvimento inevitável naquilo que observamos”, nossa imersão corporal nas profundezas de um corpo que respira e que é muito maior do que o nosso próprio corpo (Carvalho, 2009, p.5).

Logo, em meio ao exposto, vemos que o conceito de paisagem também engloba uma série de elementos que, correlacionados, acionam características simbólicas únicas e adquire vários significados. Assim, Fagundes (2011, p.38) relaciona o conceito de paisagem à ideia de totalidade de Mauss com seus “Fato social total”.

Foi por meio dessa totalidade *maussiana* que se começou a refletir acerca do conceito de paisagem 'cultural' (FAGUNDES, 2007, 2009, 2011; FAGUNDES & PIUZANA, 2010), sobretudo tendo como aporte teórico o 'conceito de estabelecimento' (*Settlement / établissement*) do mesmo Marcel Mauss (1904/1905 [1974a]). Para tanto, partiu-se da assertiva que a paisagem (como parte do sistema de significação de um dado grupo) é integrante do *fato social total* (tanto em sua materialidade, como em sua significação), uma vez que adquire um caráter sociológico, histórico e fisio-psicológico, sendo uma 'entidade' perfeitamente definida por diferentes sociedades, dotada de conteúdo e significação (FAGUNDES, 2007, P.44)

Portanto, o conceito de paisagem e tudo que envolve esta categoria deve ser avaliado levando em consideração uma série de variáveis. Levando-se em conta o todo. O total, como dizia Mauss. Todos esses elementos, vistos de forma global, vão apontar para aspectos simbólicos e discurso que estão sendo elaborados ao mesmo tempo em que esta paisagem está sendo construída, modificada, vivida.

3.2 - Vendedores e Transeuntes

Esta fase da pesquisa foi realizada com certa dificuldade. Era difícil conversar com as pessoas. Muito se deve ao fato de sua condição de ilegalidade, já que a maioria é vendedor ambulante. Eles se mostram receosos em dar informações, e mesmo nos identificando como estudantes e pesquisadores, não há uma boa receptividade, porque a maioria alega que se parar pra responder as perguntas, tem que "parar as vendas" e por isso "perdem os clientes".

Em alguns casos não houve essa identificação como pesquisadores. Sentindo esse receio das pessoas em falar e medo de o que dissessem pudesse ser usado contra elas, procurava manter conversas informais. Algumas me passando por cliente, para vê se conseguia captar o maior número de informações possíveis. Às vezes, as respostas eram monossilábicas, embora insistisse um pouco. Quando via que já não estavam muito à vontade com as perguntas eu saía e procurava outra pessoa para conversar. Mas em algumas foi possível explicar que se tratava de uma pesquisa e que precisava de algumas informações. Outro ponto a ser

destacado é que, por serem vendedores irregulares, preferimos omitir os nomes.

Quanto aos transeuntes, a dificuldade era conseguir com que eles parassem e tivesse atenção às perguntas, além dos relatos de que estão com pressa e muito ocupados, e por isso poucos se dispuseram a colaborar com os depoimentos.

O primeiro depoimento colhido foi de uma vendedora de roupas, que possui um box no Shopping da Cidade, um local bem conhecido na cidade pelo comércio popular. Aqui a chamaremos de dona Maria³⁷. Apesar de ter um ponto de venda lá, aos sábados, após a saída dos fiscais, ela monta uma barraca em frente ao Museu porque “as vendas são fracas” no Shopping da Cidade aos sábados. Para abordagem, chegamos como se fosse cliente procurando saber o preço das mercadorias, depois disso tive uma conversa informal com algumas perguntas relacionadas ao tema da pesquisa.

Indaguei inicialmente se ela sabia o que funcionava naquele prédio no qual suas mercadorias estavam expostas em parte da calçada. Ela me respondeu o seguinte:

Sei sim, é o Museu. Aqui era um tribunal, fazia casamento. Quando eu era criança eu vinha para cá e ficava olhando os animais que tinha ai na praça, que parecia um zoológico. A gente morava ali na Matinha (bairro da zona norte de Teresina) e eu criança vinha aqui e passava o tempo olhando esses animais ai na praça.

Perguntei ainda se ela lembrava quando isso aconteceu, ela me disse que provavelmente pelas décadas de 1960 ou 1970 e continuou informando que “já tenho 54 anos, faz tempo”. Ela disse ainda que já visitou o Museu do Piauí e que gostou muito. “Ai dentro é muito bonito. Bem na entrada tem uma ‘escadona’ linda”.

Depois que percebi que a dona Maria estava mais a vontade eu revelei a ela o motivo dos meus questionamentos. Foi uma das poucas ao qual eu revelei o objetivo da conversa. Aproveitei e perguntei para ela qual a sua concepção sobre patrimônio. Ela me disse o seguinte: “sei não minha filha! Mas, deve ser um negócio importante, pra ser estudado”. Ainda perguntei a

³⁷ Os nomes foram trocados a pedido dos entrevistados para evitar, segundo eles, problemas com os fiscais ou outros.

dona Maria se ela sabia de quem era o museu. Ela disse que era do governo e emendou: “quem tem que cuidar são eles. A gente paga os nosso impostos pra isso”.

O segundo depoimento foi da Márcia³⁸. Ela vende água de coco durante toda a semana próximo ao museu, em frente à primeira parada. A forma de abordagem foi a compra do produto, e nisso ela me deu a informação de que os fiscais só trabalham até as dez horas da manhã do sábado, e depois disso os vendedores montam suas barracas em frente ao museu.

Márcia sabia que ali funcionava o museu e também me disse que já o visitou e gostou. Disse ainda que acha que o local deve ser mais valorizado: “é um lugar tão bonito. Fala da nossa história, dos nossos antepassados. Mas está se acabando. Deveria ser melhor preservado”.

A próxima pergunta feita a Márcia também foi direcionada a todas as pessoas que conversei: de quem é o museu? A intenção é saber se as pessoas tem a noção de que o museu, enquanto patrimônio, não é apenas uma responsabilidade dos órgãos públicos. Mas de todos nós. Toda a sociedade é dona do museu e, portanto, responsável por ele também. Ela me disse o seguinte:

Esse lugar é nosso patrimônio, só que está mal cuidado. Às vezes eu fico olhando esses pais e mães de família em frente ao museu, muitas vezes atrapalhando a passagem das pessoas, e sou contra, mas depois eu lembro que assim como eu, eles tão ai em busca de um sustento para suas famílias ai me arrependo de ser contra.

Como Márcia citou que o museu era um patrimônio, aproveitei para perguntar o que era o patrimônio para ela. Ela respondeu da seguinte forma: “Patrimônio pra mim é aquilo que conta a história do povo, que mostra suas origens, que lhe faz lembrar a gente em qualquer lugar, como por exemplo, a cajuína que é do Piauí”.

Logo, percebe-se que Márcia já tem uma visão mais ampla sobre a problemática do museu. Percebe que o entorno realmente atrapalha no funcionamento do local, mas por questões pessoais, vê no comercio mesmo que irregular, a única forma de tirar o sustento de sua família. Há então o conflito. Neste sentido, Duncan (1990. In: Filho, 2013, p. 176) considera que os

³⁸ Única vendedora que autorizou a publicar o nome verdadeiro.

significados da paisagem são moldados pelas ideias, posição social e circunstâncias do observador que escolhe determinadas leituras ou compreensões em detrimento de outras interpretações possíveis.

O quarto depoimento foi de um vendedor de Cds e Dvds, que também tem um box no Shopping da Cidade e todo sábado ocupa a calçada da frente do museu, porque as vendas são melhores. Ele se chama João³⁹. Percebe-se que este é o segundo caso de vendedor que tem um box regularizado em um outro local, mas prefere vender suas mercadorias em frente ao prédio. Nota-se então, a grande movimentação no local o que representa uma boa oportunidade de vendas para estas pessoas.

A primeira pergunta feita a ele foi se achava certo ocupar a calçada com uma barraca tão grande? Ele respondeu que não, que às vezes tinha até vergonha, mas que precisava trabalhar pra sustentar a família. Perguntei ainda ao Senhor João se ele já tinha entrado no museu. Ele me revelou ainda que nunca entrou no museu, mas que tem muita vontade. Mas, segundo ele, “não dá tempo”.

Com relação à categoria patrimônio, ao ser questionado o Sr. João relacionou este conceito a memória e ao grande valor que este possui. “Patrimônio eu penso que seja algo que tem um valor muito grande, que dinheiro não compra, mas que mostra as origens das pessoas e das coisas”.

Como dito anteriormente, fiz ao Sr. João a seguinte pergunta: de quem é o museu? Ele me disse que: “é de todos nós. Mas quem tem que cuidar é o governo”.

Com os transeuntes, o processo apresentou mais dificuldades como anteposto, mas conseguimos alguns depoimentos, entre os quais se destaca o de um rapaz de 22 anos, estudante de ciências contábeis da UFPI, a quem denominamos de Marcos⁴⁰. Na abordagem, nos identificamos como mestranda realizando uma pesquisa sobre o Museu e propomos algumas perguntas. Ele aceitou, mas pediu que fosse rápido, pois estava com pressa.

Ele já tinha visitado o museu e pretendia retornar. Lamentou a situação estrutural do local. De acordo com ele: “da última vez que entrei ai o teto tinha

³⁹ Os nomes foram trocados a pedido dos entrevistados para evitar, segundo eles, problemas com os fiscais ou outros

⁴⁰ Nome foi trocado a pedido.

cupim”. Outra reclamação do jovem era a aparente falta de preparo do guia que lhe acompanhou durante a visita. Segundo ele: “a pessoa que guiou parece que estava de mau humor ou com muita pressa e isso me chateou”.

Indagado sobre o significado de patrimônio ele me respondeu da seguinte forma: “O patrimônio cultural constitui dos bens culturais de um povo, que pode ser um prédio de um museu, ou uma dança típica por exemplo. Eu sei disso porque minha namorada é mestra em história (risos)”.

Emendei a pergunta: Então essa é a definição dela (risos)? O jovem disse o seguinte: “digamos que é nossa (risos), mas para mim, o patrimônio é um bem, assim como uma propriedade, uma casa, porém, com um valor incalculável”.

Perguntei o que ele achava do comércio ambulante em frente ao museu. Segundo ele: “eu não concordo, atrapalha a passagem das pessoas e deixam o Museu praticamente sem visibilidade. Dá pra passar despercebido. Ainda mais que a gente sempre passa aqui com muita pressa”.

Indaguei ainda sobre o que ele achava que poderia ser feito para ajudar a solucionar esse problema. Ele me disse que: “ah, aí cabe à prefeitura conversar com eles e encontrar uma solução”.

Outro depoimento que pode ser destacado é o de uma aposentada de 68 anos, a quem denominamos dona Francisca⁴¹, na qual a abordagem foi feita em frente à parada de ônibus e nos identificamos como estudante que está pesquisando sobre o museu. Perguntei primeiro sobre o comércio ambulante em frente ao museu. Ela respondeu o seguinte: “eu acho um absurdo minha fia, a gente não pode nem andar na calçada que já ficam ‘atacando’ a gente, fora que não dá para passar direito. Se atrapalha o museu eu não sei. Mas que atrapalha a gente, aí é demais”. Percebe-se então que a preocupação maior dela é porque atrapalha o ir e vir das pessoas. Que ela se sente incomodada com a abordagem dos vendedores. Já com relação ao museu, não há muita preocupação.

Também perguntei se ela poderia apontar alguma solução para aquele problema. “A solução aí é tirar esse povo mesmo. A prefeitura já até tentou,

⁴¹ Nome trocado a pedido do entrevistado.

mas não conseguiu. Esse povo é teimoso. Você tira eles agora é só o tempo de virar as costas, já estão tudo ai novamente”.

No decorrer da conversa perguntei à senhora se ela já tinha ouvido falar em patrimônio cultural e se sabia o significado disso. Ela foi bem direta: “sei não, mas deve ser uma coisa de valor”. Então perguntei: a senhora sabe a quem esse Museu pertence? Ela pensou por um momento e respondeu: “eu acho que é de todo mundo, meu, seu, porque conta a história da gente lá dentro”.

Também conversei com o Senhor Domingos Soares, aposentado e com 70 anos de idade. Seu Domingos é semi-analfabeto e ex- trabalhador rural. A conversa aconteceu na Praça da Bandeira, que fica bem em frente ao museu. Perguntei a ele se já tinha visitado o museu, ele me respondeu o seguinte: “eu nem sabia que ali era um museu. Mas sempre passo na frente e acho ‘bonito’ aquelas pinturas”. Então perguntei por que ele não entrava se achava as pinturas tão bonitas. A resposta foi: “é porque não dá tempo, minha filha! A gente só anda apressado para resolver as coisas da gente”.

Perguntei então ao Senhor Domingos se ele sabia o que era Patrimônio Cultural. Ele me disse não saber, mas que “devia ser algo de valor”. Continuamos conversando, e perguntei se ele não achava que aquele comércio intenso na frente do prédio do museu e do tráfego intenso de ônibus não atrapalhava no funcionamento do local. Ele me disse o seguinte: “eu acho que as pessoas precisam trabalhar pra ter o que comer, né? As pessoas são mais importantes que uma casa”.

Outra pessoa entrevistada durante a pesquisa foi um comerciante de 27 anos, chamado Marcio Alves. Para ele me identifiquei como mestranda realizando uma pesquisa sobre o Museu e propomos algumas questões. Márcio me disse que já visitou o museu e gostou muito. Mas que acha que precisa melhorar um pouco mais a conservação do acervo. Ele emendou respondendo o seguinte: “isso aqui é um Patrimônio. Representa os bens culturais de um povo. Tem que ser melhor conservado”.

3.3. – As arqueólogas e o museu

Durante o trabalho de campo encontrei três arqueólogas da primeira turma do curso de Arqueologia da Universidade Federal do Piauí. Eu já

conhecia as meninas e inclusive uma delas é minha amiga pessoal. Achei interessante entrevista-las e tentar apreender a percepção de arqueólogas com relação ao museu e seu entorno, Patrimônio e a Educação Patrimonial. As três meninas já haviam visitado o museu antes e concordaram em me passar as suas impressões a respeito.

A primeira a ser entrevistada foi Suianny Alves⁴², atualmente trabalhando em uma empresa de consultoria arqueológica em Bom Jardim (MG) e Petrópolis (RJ). Uma das primeiras perguntas que fiz era qual a visão dela, como arqueóloga, de Patrimônio Cultural. Ela disse ser a “soma dos bens culturais de um povo e que contem valores e significados como um legado para as futuras gerações”.

Suianny parece ter uma visão mais clara sobre o conceito de patrimônio do que Carla Veranna que além de arqueóloga, está concluindo o Curso de Direito e atualmente trabalha na ENGERPI, como assistente administrativa. Entre outras coisas perguntei a Carla qual a concepção dela sobre Patrimônio. Ela me disse saber o que é, mas que não sabia explicar. Mas disse ser “um conjunto de bens materiais e imateriais que representam a historia de um povo”.

Com relação ao entorno do museu Carla expressou a sua opinião e acredita que as atividades desenvolvidas fora do museu atrapalham sim no seu funcionamento e fruição. Para ela com o comércio informal invadindo a calçada do museu há: “descaracterização da imagem desse nosso bem cultural. Deveria estabelecer outro local para o comércio. Não se deve misturar as coisas”.

Com a arqueóloga Gilmara Cantanhede, mestra em Antropologia também foquei um pouco na concepção dela sobre o conceito de patrimônio cultural. Ela me disse o seguinte:

O patrimônio envolve tanto os bens materiais como, por exemplo, os artefatos arqueológicos, quanto os bens imateriais, como os saberes, fazeres e usos, que representam a identidade de um povo ou de um lugar e quando preservados podem chegar às gerações futuras. Então, o Museu é um patrimônio de todos: da sociedade, do Estado e das gerações futuras do Piauí.

⁴² - Suianny Alves, Carla Veranna e Gilmara Cantanhede concordaram que seus nomes fosse divulgados na pesquisa.

Também abordei com ela a problemática do entorno do prédio do Museu. Perguntei se ela achava que aquelas atividades desenvolvidas ali no entorno prejudicavam o museu. Ela me respondeu da seguinte forma:

Eu discordo tanto por atrapalhar o ir e vir das pessoas, quanto por impactar o Museu, tanto material, quanto imaterial. As janelas são usadas como cabides, e o museu se torna “invisível”. Mas ao mesmo tempo, se as pessoas só encontram este local como um meio de se sustentar, não há como ser contra totalmente.

Em alguns depoimentos, como este último, dá para perceber que há um certo conflito no pensar das pessoas. A maioria acredita que o tráfego intenso de ônibus e do intenso comércio na frente do museu realmente atrapalha o seu funcionamento. Entretanto, vem à questão social. Por acharem que aquele é o único meio que os comerciantes tem para tirar o seu sustento, há certa complacência com a atividade ilegal. O ideal mesmo seria que museu, sociedade e entidades públicas se unissem para buscar soluções. Que o que a preservação do patrimônio e o desenvolvimento urbano caminhem lado a lado. Entretanto, há um discurso divergente entre o “é preciso preservar o patrimônio” e o “não se pode deixar de desenvolver a cidade em detrimento do passado”.

Destaquei aqui alguns dos depoimentos. Mas que de certa forma representam ou são muito parecidos com as opiniões das outras declarações colhidas, embora a dificuldade relatada no início. Como observado, os vendedores ambulantes sabem que ali está o Museu do Piauí, alguns deles já até visitaram o museu, até relacionam a existência deste com um patrimônio cultural. Também concordam, a maioria deles, que enquanto bem público pertence a sociedade, ou seja, quase todos concordam que o Museu é “do povo”, é do “Piauí”. Mas ao mesmo tempo, em uma ação contraditória, atribui a responsabilidade de manutenção deste bem as autoridades, ao governo.

Juntando todas essas perspectivas, pode-se inferir que as pessoas com as quais conversei, conhecem e reconhecem o Museu do Piauí como um patrimônio, e até tentam relacionar em seus conceitos o de patrimônio cultural. Embora este ainda pareça um pouco distante de sua realidade e de uma responsabilidade que não lhe pertence.

3.3.1 - A Arqueologia Pública e sua interface de pesquisa junto aos museus

Atualmente há um esforço inicial dos arqueólogos na inserção das comunidades durante as pesquisas arqueológicas. Anteriormente quase não havia diálogo entre o arqueólogo e o “não arqueólogo”, pois, para Funari; Oliveira; Tomanini (2008, p. 132) isso se devia porque “frequentemente um jargão técnico tem tornado difícil ao não arqueólogo ser capaz de compreender as publicações arqueológicas”.

Com as mudanças de paradigmas teóricos e conceituais, surgiram na década de 1960, movimentos de arqueólogos e museólogos para repensar as bases teóricas de suas ciências, com objetivo de promover ações mais eficazes e transformadoras em seus espaços de abrangência:

Desde final da década de 1960, um grande número de intelectuais vinculados tanto à Arqueologia como à Museologia se dedicam a repensar as bases de suas ciências com o intuito de promover ações sociais efetivas e transformadoras. Para os museus, desde o movimento da Nova Museologia, almeja-se a criação de espaços convidativos e, principalmente, propiciadores da construção de um conhecimento crítico e pluralista, capaz de sustentar a existência da cidadania e da democracia; conceitos amplos, cujas definições variam no tempo e no espaço. Nos debates atuais sobre as configurações dos museus, pesquisadores procuram solucionar questões sobre como transformar essas instituições em espaços que valorizem a autonomia, a comunicação, a democratização das memórias, entre outros temas (CARVALHO; FUNARI, 2008, p.133).

Neste sentido, estes movimentos nos Museus, visam à democratização desses espaços, como por exemplo, não apenas expor coleções, mas discutir como, quando e onde estas foram adquiridas, os meios de conservá-las e preservá-las, o melhor acesso das comunidades, entre outros métodos.

Com a arqueologia, estes passos iniciais em busca de uma ciência mais engajada e atuante por e para as comunidades inseridas em seus contextos, surge na década de 1970, a Arqueologia Pública, com bases nas teorias marxistas e pós- processualistas, e com o objetivo de atingir o público em geral.

Em 1980, as ações se efetivam e foram criados museus com vertentes educacionais, além de ações para inserção das comunidades nas escavações e no acesso aos materiais escavados, além das preservações e divulgações:

Arqueólogos da academia, junto com arqueólogos das empresas privadas (recém-inauguradas), inseridos nas discussões sobre a AP nos Estados Unidos e na Europa, fundaram novos museus com suas vertentes educacionais (um exemplo seria o Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE/USP, fundado em 1989). Além disso, foram planejadas ações inseridas nos trabalhos de campo da Arqueologia, voltadas para o envolvimento das comunidades com os vestígios materiais escavados e suas posteriores preservações e divulgações (CARVALHO; FUNARI, 2008, p.136).

Estes passos iniciais da Arqueologia Pública fizeram com que arqueólogos, museólogos e outros agentes de estudos do Patrimônio se conscientizassem que é necessário ampliar as ações efetivas para valorização e inserção das comunidades nos contextos das pesquisas ou dos museus.

Neste sentido é importante compreender onde e como se constitui a arqueologia pública no Brasil, quais áreas de abrangência, a aplicação desta em projetos de educação patrimonial e sua contribuição para os estudos sobre museus.

A arqueologia Pública surge teoricamente dentro da perspectiva pós-processualista, mas com as raízes no contexto da Nova Arqueologia norte-americana, que como demonstra Fernandes:

Embora a perspectiva mais ampla da Arqueologia Pública tenha ocorrido no âmbito do pós-processualismo pode-se dizer que o desenvolvimento inicial do campo acompanhou o processo de profissionalização da arqueologia americana, onde, em um período de efervescência da *New Archaeology*, buscava-se, sobretudo, o reconhecimento acadêmico e público, a valorização científica e o desenvolvimento teórico da disciplina. (Fernandes, 2007, p. 4):

Nesta perspectiva, a Arqueologia Pública busca a interface com a sociedade através de ações como ensino, aprendizagem, tensões, pressões, negociações, dialogo, ou seja: “uma relação dialética entre a arqueologia e seus públicos” (FERNANDES, 2007, p. 4).

No início de sua concepção, a Arqueologia Pública surge para tentar discutir problemas sobre o avanço do processo de destruição dos sítios arqueológicos por diversas causas, como a urbanização acelerada,

vandalismos para contrabando de artefatos, e baixa qualidade dos serviços desenvolvidos pelos profissionais de arqueologia.

As discussões voltam-se especialmente para o papel social do arqueólogo, indo muito além das questões teóricas e metodológicas, pois como enfatiza Fernandes (2007, p. 6): “esses temas podem ser considerados questões públicas da Arqueologia, pois estariam situados na interface da Arqueologia com a Sociedade”, o que significa que atinge diferentes públicos.

Esses desdobramentos possibilitaram aos arqueólogos norte-americano, um aumento substancial na demanda destes em órgãos governamentais, empresas especializadas, parques, instituições de ensino, entre outras, além da ampliação da formação de novos arqueólogos, especialmente voltados para a Gestão de Recursos Culturais, que são: “a arqueologia de salvamento (ou de contrato), o turismo cultural, programas e projetos de inventário cultural, valorização cultural, projetos de restauração de edificações históricas, entre outros” (FERNANDES, 2007, p. 15).

No Brasil, as medidas para a preservação do Patrimônio Cultural traz debates em torno do tema entre as décadas de 1920 a 1960, considerando o processo inicial de industrialização do país e os entraves econômicos gerados pelas ações preservacionistas.

Em 1950, os profissionais da arqueologia juntamente com a elite intelectual e os veículos de comunicação à época propiciaram a mobilização dos meios jurídicos de proteção do Estado para conter os avanços da destruição em massa do patrimônio arqueológico, com objetivos comerciais, a partir da criação de Leis Estaduais e uma Lei Federal, que implicou na necessidade de profissionalização do arqueólogo e na tentativa de coibir a atuação dos arqueólogos amadores, mesmo que estes tenham contribuído para o avanço da Arqueologia Brasileira (FERNANDES, 2007).

O grande marco da Arqueologia Pública no Brasil surge com a publicação da *Carta de Proteção e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico* pelo Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM – ICOMOS), delimitando as diretrizes e parâmetros específicos para a proteção dos vestígios arqueológicos. Neste sentido, os principais pontos em comum com a Arqueologia pública são:

- ✓ A proteção do patrimônio arqueológico constitui obrigação moral e responsabilidade coletiva, tanto do Estado, quanto da sociedade.
- ✓ O público deve ser informado sobre as ações de preservação do patrimônio.
- ✓ As especificidades locais devem ser respeitadas.

Estes pontos refletem um pouco da área de abrangência da Arqueologia Pública, na qual não apenas o Estado, mas a sociedade tem o dever de preservar o Patrimônio. Um dos aspectos que não foram abordados neste documento consiste na Educação Patrimonial, tão importante para estabelecer o diálogo entre os agentes do patrimônio e as comunidades, pois nem sempre há um reconhecimento entre o indivíduo e o patrimônio:

Como não há reconhecimento entre o indivíduo e o patrimônio e, infelizmente, sentidos ou significados sobre a “coisa pública”, a resposta a essa pergunta seria: a princípio, não! E, exatamente por isso, a Educação patrimonial torna-se urgente. Dentro dos princípios da AP Democrática, é preciso construir junto com as comunidades o conceito de patrimônio e de bem público. Apenas quando esses conceitos tiverem sentidos para os indivíduos será possível alcançar uma preservação efetiva dos patrimônios, sejam eles de quaisquer espécies (CARVALHO; FUNARI, 2008, p.138).

Considerando o Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes”, uma das propostas para compreender tais conflitos e dilemas, e propor soluções aos problemas identificados, é a utilização de algumas diretrizes da Arqueologia Pública como meio de discussão dos aportes citados.

Nos presentes depoimentos, se constata, por exemplo, que não existe um reconhecimento dos depoentes com relação ao passado do Museu. Para este problema a proposta de solução está justamente na Educação Patrimonial, o que requer a ajuda interdisciplinar de vários profissionais conforme destaca Fernandes (2007, p. 27): “a arqueologia pública vem colaborando, com historiadores, curadores de museus, museólogos e outros especialistas em recursos culturais na elaboração de estratégias para transmitir o valor da arqueologia”.

Outro aspecto, que é recorrente na Arqueologia Pública, e pode solucionar esse problema da falta de reconhecimento seria a inserção da história do Museu no currículo formal da educação, bem como a promoção das visitas, quando possível, a sítios e exposições museológicas.

Diante de tais aspectos, entende-se que este processo de distanciamento da sociedade piauiense com o Museu do Piauí, pode ser superado com uma ação sólida e efetiva de Educação Patrimonial, a partir da ação conjunta de diversos profissionais citados anteriormente, e como ressalta Carvalho; Funari (2008, p. 136): “a Educação patrimonial deve agir no sentido de, democraticamente, construir diálogos entre a sociedade e seus patrimônios”.

4 – Considerações Finais

A presente pesquisa tinha como objetivo principal entender como se dá a concepção das categorias Patrimônio e Educação Patrimonial para visitantes e funcionários do Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes”. Neste estudo também foi levada em consideração a necessidade de se englobar à pesquisa uma análise sobre a paisagem do entorno do museu, pois as atividades desenvolvidas fora também acabam por influenciar no funcionamento da casa.

Esta dissertação, como já dito anteriormente, nasceu de uma inquietação com a falta de visibilidade deste que é um local de importância histórica, patrimonial e educacional para toda a sociedade piauiense. Entretanto, sabemos que este estudo é apenas o início para inúmeras pesquisas e debates sobre o tema, visto a grande possibilidade que este campo oferece. Há muito ainda por ser explorado. O Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes” se apresenta como um campo fértil para pesquisas e novas visões de mundo.

A pesquisa se desenvolveu em três capítulos. No primeiro são apresentadas as categorias a serem trabalhadas durante o estudo. Fez-se um breve apanhado histórico sobre a categoria patrimônio, o desenvolvimento de pesquisas e políticas públicas com relação ao tema no Brasil. Também foram abordados temas como a relação entre Antropologia e Museus. Ainda questões relacionadas à Educação Patrimonial e a Arqueologia Pública como auxiliares do tema Patrimônio. O objeto de estudo, Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes” também foi apresentado no primeiro capítulo, onde se falou sobre o lugar para localizar os leitores a respeito do que iria ser tratado durante a pesquisa.

No segundo capítulo são apresentadas as entrevistas realizadas com visitantes e funcionários do museu. Neste capítulo se tenta alcançar a concepção destes com relação às categorias Patrimônio e Educação Patrimonial. Entretanto, como o campo sempre oferece mais possibilidades do que se pode prever, também são abordadas reações de visitantes com relação à emoção (lembranças), identificação e rejeição. Ainda no segundo capítulo

falamos sobre como é trabalhada a Educação Patrimonial no museu. O núcleo de educação que foi montado com o intuito de melhorar as atividades realizadas no local e da dificuldade de trabalho dos professores integrantes de tal núcleo para desenvolver tais ações.

Já no terceiro capítulo falamos do entorno do museu. Dos conflitos existentes entre as atividades desenvolvidas fora da “Casa de Odilon Nunes” e as que são realizadas dentro. A influência do transporte público coletivo na conservação do acervo. A invisibilidade do local provocada pela falta de interesse de uma população pouco informada e instruída sobre o tema Patrimônio. A pressa tipicamente urbana que, às vezes, nos impede de ver o essencial. O dilema entre a conservação e valorização do espaço e a necessidade financeira das pessoas.

Os resultados obtidos na pesquisa mostram que há sim uma falta de cuidado por parte da sociedade piauiense com o Museu do Piauí. Ainda, uma dívida por parte dos gestores públicos em desenvolver políticas públicas que promova este espaço como um local essencial e apropriado para atividades educacionais. Tais atividades podem ajudar a reforçar a importância do local.

O que se pôde perceber, através das entrevistas realizadas, é que o poder público só chega com medidas emergenciais e paliativas, que tem sua realização ou não sujeita a flutuação nas mudanças de governo. Não há uma sistematização de ações que ajudem na melhor estruturação do local, na salvaguarda de seu acervo, na sua fruição, enfim, no fortalecimento do Patrimônio.

Logo, a Educação Patrimonial, reforçamos aqui está ideia, é um instrumento fundamental para ajudar nesse processo. Uma sociedade educada patrimonialmente, consciente da importância de seu Patrimônio, da sua história, identidade e memória será uma sociedade capaz de absorver este mesmo patrimônio como seu e assim cuidar dele. Sai da posição cômoda de delegar para o poder público a função de conservá-lo.

Uma sociedade educada patrimonialmente dá visibilidade ao seu patrimônio, lhe enxerga de uma forma cuidadosa e, portanto, este se torna seu reflexo. Logo, para encerrar esta pesquisa, convido a todos a olhar para o patrimônio. Que redimensione a importância deste para a sociedade como um

todo. A sua relevância para as gerações futuras, para a construção da identidade de povo. Olhemos para o nosso patrimônio.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro. **Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio (2004)**. IN: Revista de Pesquisas e Debates em Ciências Sociais. V. 8, N° 02, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/1010>. Acesso em: 21 de abril 2015.

ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro. **Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva**. In: Seminários Temáticos - Arte e Cultura Popular. Disponível em: http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/19patr_cultural_tensoes_e_disp_contexto_nova_ordem_discursiva-1.pdf. Acesso em: 09 de maio de 2015.

ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro de; FILHO, Manuel Ferreira Lima. **A Antropologia e o Patrimônio Cultural no Brasil**. IN: Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenal: Novas Letras, 2007.

BAIMA, Carlúcio; BIONDO, Fernanda; NITO, Mariana Kimie. **Educação Patrimonial no Campo da Arqueologia: desafios e contribuições**. Rev. Arqueologia Pública. Campinas: v.9, p.1-11.

CAROLINO, Júlia & PINTO-CORREIA, Teresa. **Paisagem material, paisagem simbólica e identidade no concelho de Castelo de Vide**. *Análise Social*, vol. XLVI (198), 2011, 89-113.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Et all. **Paisagens da Compreensão: Contribuições da Hermenêutica e da Fenomenologia para uma Epistemologia da Educação Ambiental**. Caderno Cedes, Vol. 29, n° 77. Campinas: 2009. Disponível em: <http://submission.scielo.br/index.php/ccedes/issue/view/156>. Acesso em 30 de novembro de 2015.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia e Patrimônio no Século XXI: as perspectivas abertas pela arqueologia pública**. III Encontro de História da Arte – IFCH / UNICAMP. 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2007/CARVALHO,%20A.V%20e%20FUNARI,%20P.P.A.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2014.

CARVALHO. Luciana Menezes de; SCHEINER, Tereza. **Construindo o “discurso” do patrimônio: das organizações internacionais e institutos nacionais – a uma relação profunda entre o homem e o patrimônio, o caso do Marolo, em Paraguassú, Minas Gerais**. Disponível em:

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10373.pdf>. Acessado em 12 de abril de 2015.

CHAGAS, Mario. **Casas e portas da memória e do patrimônio**. In: Revista em Questão, Vol. 13, Nº 2, 2007.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3º ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CORREA, Mariza. **A Antropologia no Brasil (1960-1980)**. In: MICELI, Sérgio. História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Editora Sumaré, vol. 02, 1995, p. 35.

COSTA, Igor Fernando Rodrigues da; LIMA, Diana Farjalla Correia. **Patrimônio, Herança, Bem e Monumento: Termos, usos e significados no campo museológico**. In: ISS: ICOFOM STUDY SERIES, Córdoba, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, n. 35, p. 243-250, setembro de 2006.

COSTA FILHO, A. **Sob o signo das águas: a gênese urbana piauiense**. IN: Scientia at spes: revista do Instituto Camilo Filho.V.1,n.2,2002.

COSTA, Renato Sérgio Soares. **Processo contraditório de uso e ocupação em áreas de preservação permanente, às margens do Rio Poti – Teresina Piauí**. 2015. 192f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP.

COSTA FILHO, A. **Sob o signo das águas: a gênese urbana piauiense**. IN: Scientia at spes: revista do Instituto Camilo Filho.V.1,n.2,2002.

DAVID, Nicholas e KRAMER, Carol. **Teorizando a etnoarqueologia e a analogia**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 13-60, dezembro de 2002.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **Cultura Patrimônio e Preservação - Texto II**. In: ARANTES, Antonio Augusto. Produzindo o Passado – estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984, p. 33.

FAGUNDES, Marcelo. **As Relações e Conexões entre Arqueologia e Paisagem: do contexto arqueológico ao contexto sistêmico sob a ótica dos lugares persistentes**. Rio de Janeiro: Anais II Simpósio Arqueologia na Paisagem, Conferência Magistral, 2011.

_____. **Sistema de assentamento e tecnologia lítica: organização tecnológica e variabilidade no registro arqueológico em Xingó, Baixo São Francisco, Brasil**. Tese de doutoramento, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)**. Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2010. Disponível em:

<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES>. Acesso em: 21 de abril de 2015.

FERNANDES, Tatiana C. **Vamos criar um sentimento?! um olhar sobre a arqueologia pública no Brasil**. Museu de Arqueologia e Etnologia-MAE, São Paulo, 2007. (dissertação de mestrado).

FERREIRA, Lúcio Menezes; RIBEIRO, Diego Lemos; SALLÉS, Jaime Mujica. **Arqueologia, Educação e Museus: uma proposta para estágios em História**. Revista Arqueologia Pública. Campinas: n° 4, 2011.

FILHO, Dirceu Rogério Cadena de Melo. **Há que se ler a paisagem: construção da Geografia para a construção da significância cultural**. Caminhos da Geografia. Uberlândia: V. 15, n. 45, 2013, p. 173 – 180.

FONTELES, Maria de Fátima dos Santos. **As Ervas Medicinais como Patrimônio Cultural no Mercado Central São José em Teresina**. 2015, 129 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal do Piauí, Teresina.

FUNARI, Pedro Paulo; GONZALEZ, Érika M. R. **Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil**. História. São Paulo, n.27, v.2, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; OLIVEIRA, Nanci Vieira; TOMANINI, Elizabete. **Arqueologia Pública no Brasil e as Novas Fronteiras**. Praxis ARCHAEOLOGICA. N. 3, 2008, p. 131-138.

GASPAR, Alberto. **Museus e Centros de Ciências: Conceituação e Proposta de uma conceituação teórica** (1993). 118f. Tese (Doutorado em Didática). Faculdade de Educação-Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 1993.

GAZZÓLA, Lucivani. **Educação Patrimonial: teoria e prática**. IX Congresso Nacional de Educação. 2009. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2902_1182.pdf. Acesso em: 05 de setembro de 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônio**. BIB, São Paulo, n° 60, 2° semestre de 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre: ano 11, n.23, p. 15-36, jan/jun 2005.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial**. Brasília (DF): IPHAN, 2007.

GUSMÃO, Daniel Martins. **Tendências Contemporâneas da Arqueologia Pública x Patrimônio Cultural Subaquático**. Rev. Arqueologia Pública. Campinas: v.9 n.2 p.72-86 DEZ-2015.

HALBWACHS, Maurice (1877-1945). **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória nos idosos e a nostalgia do passado**. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury, *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21, pp. 633 a 658, dezembro de 2008.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Miniaurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 4º, 2001.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IBGE. <www.ibge.gov.br>. Acesso em 15 de junho de 2015.

IBRAM. www.ibram.gov.br. Acesso em 15 de junho de 2015.

IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus). **Guia dos Museus Brasileiros**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

INGOLD, T. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. Londres: Routledge, 2000. 467 p. in: SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. **Híbridos na paisagem: uma etnografia de espaços de produção e de conservação**. Ambiente & Sociedade. Campinas: VII, n. 1, jan-jun 2009, p. 83-98.

LIMA, I. M. Moura Fé. Teresina: **Tempo e espaço**. Teresina: Halley, 1998.

LOPES, Wilza Gomes Reis. et all. **Importância cultural de Praças Centrais Urbanas: Praça Marechal Deodoro da Fonseca, em Teresina, Piauí**. In: Encontro Latinoamericano de Edificações e Comunidades Sustentáveis. 2013. Curitiba/PR.

MACHADO, Gilmara de Cássia & BRAGA, Rosalina Batista. **O Ensino da Educação Patrimonial nas Escolas Municipais de Belo Horizonte: análise das repercussões escolares dos projetos Paisagem de BH - uma descoberta e do projeto Onde Mora a Minha História**. Anais VVI Encontro Nacional de Geógrafos – Crise, práxis e autonomia: espaço de resistência e desesperança. Espaço de diálogos e práticas. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre – RS

MAUSS, Marcel. [1950], **“O ensaio sobre a dádiva”**. IN: Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac&Naify, 2003, p. 185-314.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre as variações sazoneiras das sociedades esquimó.** IN: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Edusp, pp. 237-331, 1974a.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental [1922].** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MELO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas.** Petrópolis: Vozes, 1967.

NOLASCO, Simone Ribeiro. **A Educação Patrimonial e os Museus Históricos no Processo de Formação de Professores.** Disponível em: <http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt10/ComunicacaoOral/SIMONE%20RIBEIRO%20NOLASCO.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2014.

ORTNER, Sherry B. Teoria na Antropologia desde os anos 60. Revista Mana, nº17, 2011, p. 422-425.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método.** IN: Horizontes Antropológicos. Porto Alegre: ano 2, n. 42, p. 377-391, jul/dez, 2014.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental.** In: Revista Brasileira de História. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **“Sobre o conceito de função em ciências sociais” e “Sobre a estrutura social”.** In: Estrutura e função na sociedade primitiva [1952]. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973, p. 220-231 e 232-251.

RÚSSIO, Waldisia. **Cultura Patrimônio e Preservação - Texto III.** In: ARANTES, Antonio Augusto. Produzindo o Passado – estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984, p. 59-64.

SCHEINER, Tereza. **Imagens do não-lugar: comunicação e os novos patrimônios.** 2004. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 2004.

SCHWARCZ, Lilia K. M. **O Nascimento dos Museus Brasileiros (1870-1910).** In: MICHELI, Sergio (Org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, p. 30.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. **Híbridos na paisagem: uma etnografia de espaços de produção e de conservação.** Revista Ambiente & Sociedade. Campinas: V. XII, nº 1, 2009, p. 83-98.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Márcia. **Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas.** IN: FILHO, Manuel Ferreira Lima; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs). Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Novas Letras, 2007.

TORELLY, LUIZ P. P. **Notas sobre a Evolução do Conceito de Patrimônio Cultural.** In: Fórum Patrimônio. Belo Horizonte: V.5, n2, jun/dez 2012.

UNESCO - [http://www.unesco.org/new/pt/brasil/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil)>. Acesso em 08 de setembro de 2013.

Referências da Internet

Art. 216 da Constituição Federal de 1988: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 de novembro de 2014.

DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 10 de março de 2016.

Evento realizado no Museu do Piauí: <http://cidadeverde.com/noticias/173938/museu-do-piaui-promovera-exposicao-para-deficientes-visuais>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

Festa do Divino, em Amarante – PI: <http://g1.globo.com/pi/piaui/clube-rural/videos/t/edicoes/v/museu-do-divino-em-amarante-e-conhecido-pelo-cenario-e-riqueza-cultural/3967710/>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

Figura com os traços originais do planejamento inicial de Teresina obtida em: <http://www.fcmc.pi.gov.br/eventos>>. Acessado em 20 de maio de 2016.

Governo do Estado do Piauí: www.pi.gov.br. Acesso em 07 de junho de 2015.

Informações sobre o Instituto Butantan: [Instituto Butantan: http://www.museu-goeldi.br/portal/](http://www.museu-goeldi.br/portal/). Acesso em 07 de junho de 2015.

Informações sobre Frans Boas: <http://antroposimetrica.blogspot.com.br/2011/09/franz-boas-e-o-particularismo-historico.html>. Acesso em 02 de setembro de 2015.

Informações sobre o Museu do Piauí Casa de Odilon Nunes: <http://www.piauibrasil.com/noticias/museu-do-piaui-a-casa-da-memoria/>. Acesso em 02 de setembro de 2015.

Informações sobre Mário de Andrade: http://www.releituras.com/marioandrade_bio.asp. Acesso em 14 de novembro de 2015.

Informações sobre a UNESCO: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo>. Acesso em 14 de novembro de 2014.

Museu Nacional: <http://www.museunacional.ufrj.br/>. Acesso em 07 de junho de 2015.

Museu Paulista: <http://www.mp.usp.br/>. Acesso em 07 de junho de 2015.

Museu Paraense Goeldi: <http://www.museu-goeldi.br/portal/>. Acesso em 07 de junho de 2015.

Museu do Homem Americano: <http://www.fumdham.org.br/>. Acesso em 07 de junho de 2015.

Prefeitura Municipal de Teresina: <http://www.teresina.pi.gov.br/>. Acesso em 28 de novembro de 2014.

Site Oficial da Cidade de Ouro Preto: <http://ouopreto.org.br/>. Acesso em 07 de junho de 2015.

ANEXOS

Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes”



Foto 01 – Entrada do Museu do Piauí Casa de Odilon Nunes. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 02 – Arca que pertenceu a Delegacia do Tesouro da Província do Piauí. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 04 – Auditório do Museu do Piauí. O local também já foi sala de audiência quando o Tribunal de Justiça do Estado funcionava no mesmo prédio. Fonte: arquivo pessoal.



Fotos 05 – Parte da galeria dos governadores. Fonte: arquivo pessoal.

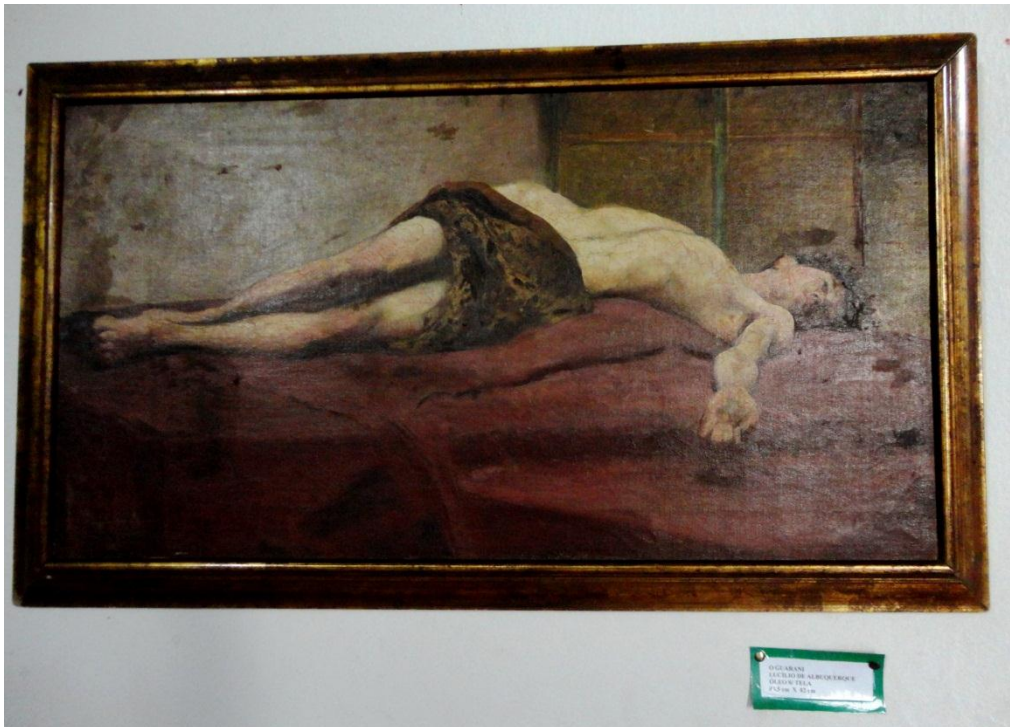


Foto 06 – Tela “O Guarani” do artista Lucílio Albuquerque. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 07 – Replica de uma escultura de Rodin. Fonte: arquivo pessoal.



Fotos 08 – Moedas nacionais e internacionais em exposição. Fonte: arquivo pessoal.



Fotos 09 – Cédulas nacionais de diversos períodos monetários do Brasil. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 10 – Sala Piauí Colônia. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 11 – Sala Piauí Império. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 12 – Objetos utilizados pelas famílias mais ricas do Estado no Século XIX. Fonte: arquivo pessoal.

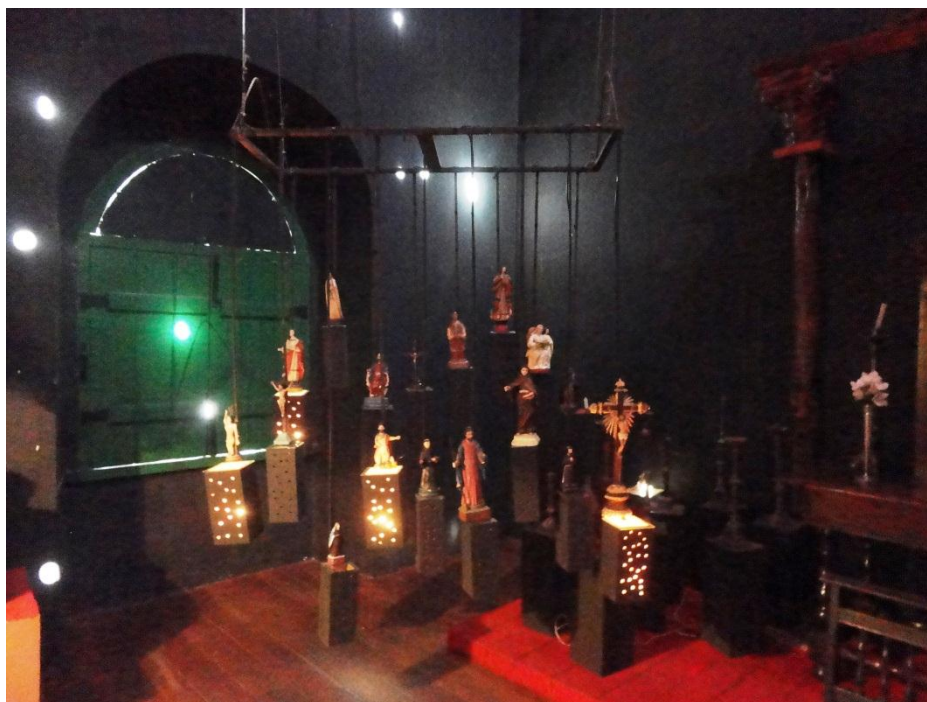


Foto 13 – Sala Arte Sacra. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 14 – Pia batismal do Século XIX e pedra fundamental da Igreja Matriz da cidade de Valença. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 15 – Pia batismal utilizada para o batismo de índios ainda no período colonial. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 16 – Sala Arte Popular. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 17 – Peças do artesanato piauiense. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 18 – Objetos utilizados por vaqueiros piauienses. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 19 – Mandíbula de mamífero não identificado e tronco fossilizado. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 20 – Animais fossilizados. As peças são procedentes da Serra das Confusões, na região Sul do Piauí. Fonte: arquivo pessoal.





Fotos 21 e 22 – Urna funerária procedente da Serra da Capivara. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 23 – Artefatos arqueológico conhecidos como machadinhas, procedentes da cidade de Caracol (PI). Fonte: arquivo pessoal.



Foto 24– Artefato arqueológico danificado e colado com uma fita adesiva. Fonte: arquivo pessoal.



Foto 25 – As infiltrações atingem algumas peças do acervo. Fonte: arquivo pessoal.





Fotos 25, 26 e 27: a exposição "Odubuco".

A exposição é resultado da pesquisa do Arqueólogo, Charles Oliveira em colaboração com o fotografo, Júnior Reis. Eles retrataram o ritual de passagem entre a puberdade e a vida adulta, na aldeia Jatobá da tribo Guajajara – Tenetehara, na cidade de Barra do Corda (MA).